



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Delphine Musole Ntabugi

A ESTRUTURA DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA E AS MUDANÇAS NOS  
FLUXOS COMERCIAIS IMPOSTAS PELA COVID-19

Rio de Janeiro

2023

Delphine Musole Ntabugi

A ESTRUTURA DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA E AS MUDANÇAS NOS  
FLUXOS COMERCIAIS IMPOSTAS PELA COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Economia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
como exigência para obtenção do título  
de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientadora: Professora Dra. Marta dos  
Reis Castilho

Rio de Janeiro

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

N961e Ntabugi, Delphine Musole.  
A estrutura do comércio Brasil-China e as mudanças nos fluxos comerciais impostas pela covid-19 / Delphine Musole Ntabugi. – 2023.  
67 f.; 31 cm.

Orientador: Marta dos Reis Castilho.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Graduação em Ciências Econômicas, 2023.  
Inclui bibliografias.

1. Comércio internacional. 2. Brasil. 3. China. I. Castilho, Marta dos Reis, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 343.087

DELPHINE MUSOLE NTABUGI

A ESTRUTURA DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA E AS MUDANÇAS NOS  
FLUXOS COMERCIAIS IMPOSTAS PELA COVID-19

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Instituto de Economia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como requisito para a obtenção do título  
de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 27/03/2023.

---

MARTA DOS REIS CASTILHO - Presidente  
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

---

MARTA CALMON LEMME  
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

---

KAIO GLAUBER VITAL DA COSTA  
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

Dedico esse trabalho aos meus pais Delphin  
Musole e Jeanne Bazibuhe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me proporcionar perseverança durante toda minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do meu curso.

Sou grata aos meus pais Delphin Musole e Jeanne Bazibuhe por sempre me incentivarem e acreditarem que eu seria capaz de realizar um dos meus maiores sonhos.

Agradeço aos meus irmãos Winner Musole e Samuel Musole, à minha irmã Daniela Musole e ao amor da minha vida Michée Bashizi que também acreditaram no meu potencial; agradeço a eles pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei.

Agradeço a minha tia Jeannine Bazibuhe, a minha prima Romita Abdala, ao meu primo Karhonde Musole e a Bénédicte Kifumbi, minha irmã de coração, por sempre perguntarem sobre a evolução dos meus estudos.

Agradeço aos meus amigos do IE, especialmente Joel Ndala, Ian Góis e Gustavo Esteves por me ajudarem a me integrar e me desenvolver no mundo acadêmico.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Marta dos Reis Castilho que, apesar da intensa rotina da sua vida acadêmica, aceitou me orientar nesta monografia.

Por último, quero agradecer também à Universidade Federal do Rio de Janeiro, particularmente o Instituto de Economia e todo seu corpo docente.

“Mesmo as noites totalmente sem estrelas podem anunciar a aurora de uma grande realização” (Martin Luther King).

## **RESUMO**

O presente trabalho trata sobre a estrutura do comércio e sobre a evolução das relações bilaterais entre o Brasil e a China. Esta relação começou a se desenvolver a partir da década de 1970, e, desde então, ela vem crescendo e se consolidando, tendo a China se tornado a principal parceira comercial do Brasil em 2009. Partindo de uma revisão dos diferentes referenciais teóricos de comércio internacional, analisa-se a evolução e a estrutura do comércio bilateral, comparativamente à evolução e ao perfil de comércio exterior de cada um dos dois países. Dada a importância do choque recente da pandemia de Covid-19 no comércio mundial, é apresentado o impacto sobre os fluxos comerciais destes dois países, comparado com o impacto da pandemia sobre os fluxos de comércio mundial. Conclui-se que a pandemia não teve grandes repercussões nas transações comerciais Brasil - China, pelo contrário, apesar de ter reduzido os fluxos comerciais em diversas economias durante os anos picos da crise, essa pandemia foi favorável ao Brasil quando analisamos o seu saldo comercial com a China e o aumento da importância desta nação no comércio exterior brasileiro.

**Palavras chaves:** Brasil; China; Comércio internacional; Covid-19; Fluxos de comércio.



## **ABSTRACT**

The present work deals with the structure of trade as well as the evolution of bilateral relations between Brazil and its major trade partner since 2009, China. This relationship began to develop in the 1970s, and since then it has been growing and consolidating. To this end, based on a review of trade theories the evolution and the structure of the bilateral trade analyzed, considering their own trade specializations. As trade was hardly impacted by the covid pandemic in the last years, we also assess the covid-19 pandemic effects on trade flows, in comparison with the pandemic on world trade. We concluded that the pandemic did not have major repercussions on Brazil - China trade transactions, on the contrary, despite having reduced trade flows in several economies during the peak years of the crisis, this pandemic was favorable to Brazil when we analyze its trade balance with China and the increasing importance of this nation in Brazilian foreign trade.

**Keywords:** Brazil; China; Covid-19; International Trade; Trade Flows.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Fluxos de comércio exterior chinês (US\$ bilhões) 1978 – 2021 .....	22
Gráfico 2. (%) das exportações e importações no PIB chinês (US\$ bilhões /trilhões) de 2000-2021 .....	24
Gráfico 3. Fluxos de Comércio brasileiro (US\$ bilhões) 2000 – 2021 .....	27
Gráfico 4. (%) das exportações e importações no PIB do Brasil (US\$ bilhões/trilhões) 2000 – 2021 .....	29
Gráfico 5. Evolução do comércio Brasil-China (US\$ Milhões) 2000-2021 .....	31
Gráfico 6. China e Brasil no comércio Internacional 2000 – 2021 .....	32
Gráfico 7. Participação comercial (%) Brasil-China nas exportações e importações totais .....	34
Gráfico 8. Exportações Brasileiras por setores - destino China - Valor em (US\$ FOB Milhões) 2000-2021 .....	35
Gráfico 9. Importações Brasileiras – Origem China – (US\$ FOB Milhões) 2000 – 2021 .....	36
Gráfico 10. Taxa de crescimento anual (%) das exportações por grupo de produtos, 2019 .....	41
Gráfico 11. Taxa de crescimento anual (%) das exportações por grupo de produtos, 2020 .....	42
Gráfico 12. Taxa de crescimento anual (%) das exportações por grupo de produtos, 2021 .....	43
Gráfico 13. Exportações e Importações mensais Brasil – China (US\$ FOB bilhões) de 2019 - 2021 .....	45
Gráfico 14. Principais produtos brasileiros exportados para a China 2018 – 2021 (US\$ bilhões) .....	46
Gráfico 15. Principais produtos importados da China (US\$ bilhões) 2018 – 2021 .....	48

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Fluxos de comércio chinês (US\$ bilhões) 2000 - 2021 .....	21
Tabela 2. Fluxos de Comércio Brasileiro (US\$ bilhões) 2000 – 2021 .....	25
Tabela 3. Fluxos de Comércio Brasil-China (US\$ Milhões) 2000 – 2021 .....	29
Tabela 4. Exportações e Importações mundiais (US\$ trilhões) 2018 – 2021 .....	39
Tabela 5. Exportações Brasil-China por setores (US\$ milhões) 2018 – 2021 .....	45
Tabela 6. Importações Brasil – China por setores (US\$ milhões) 2018 – 2021 .....	47

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEX – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

BM – Banco Mundial

Br – Brasil

C – Consumo

Ch – China

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGV – Cadeia Global de Valor

EU – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FOB – Free On Board

G – Gasto do governo

GATT – Acordo Geral de Tarifas

GB – Grã-Bretanha

I – Investimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDE – Investimento Direto Externo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

K – Capital

L – Trabalho

M – Importação

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MOFCOM – Ministry of Commerce

NME – Nova Matriz Econômica

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

T – Terra

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. ABORDAGEM TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL .....</b>	<b>14</b>
1.1.1 TEORIAS CLÁSSICAS E NEOCLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	14
1.1.1.1 Vantagens absolutas .....	14
1.1.1.2 Vantagens comparativas .....	15
1.1.1.3 Teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS).....	16
1.1.1.4 Teorema de Stolper-Samuelson.....	16
1.1.2 NOVAS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	17
1.1.2.1 Economia de escala e comércio internacional .....	18
1.1.2.2 Concorrência imperfeita e monopolística.....	18
1.1.3 CADEIAS GLOBAIS DE VALOR (CGV) .....	19
<b>2. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO SINO-BRASILEIRO 2000-2021.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 A CHINA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....</b>	<b>200</b>
2.1.1 PESO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES CHINESAS NO PIB CHINÊS.....	22
2.1.2 COMPOSIÇÃO DE COMÉRCIO CHINÊS .....	23
<b>2.2 BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL .....</b>	<b>25</b>
2.2.1 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA .....	25
2.2.2 PESO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PIB .....	27
<b>2.3 RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA .....</b>	<b>28</b>
2.3.1 INTEGRAÇÃO DA CHINA E DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	30
2.3.2 EFEITOS DA MUDANÇA DE PREÇOS DE COMMODITIES E CAMBIAL NO COMÉRCIO SINO-BRASILEIRO.....	31
<b>2.4 COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA .....</b>	<b>32</b>
<b>3. A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS SOBRE OS FLUXOS DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA (2018-2021).....</b>	<b>36</b>
<b>3.1 IMPACTO DA COVID-19 SOBRE O VOLUME DE COMÉRCIO MUNDIAL....</b>	<b>37</b>
3.1.1 EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19 SOBRE O COMÉRCIO MUNDIAL.....	37
3.1.2 GRUPOS DE PRODUTOS MAIS IMPACTADOS. ....	40
3.1.3 RECUPERAÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL .....	41
<b>3.2 IMPACTO DA COVID-19 SOBRE OS FLUXOS COMERCIAIS BRASIL-CHINA 2018-2021.....</b>	<b>42</b>
3.2.1 EXPORTAÇÕES POR SETORES .....	44
3.2.2 IMPORTAÇÕES POR SETORES .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

As relações comerciais entre a China e o Brasil começaram a se desenvolver fortemente no início da década de 1970. Com a necessidade chinesa de procurar outros fornecedores já que o principal fornecedor de açúcar chinês, Cuba, não podia atender esta demanda naquele momento, o país asiático precisou buscar uma alternativa, a de importar o açúcar brasileiro em 1971.

Perseguindo um interesse comum, nomeadamente o acesso a produtos que o outro possa produzir, os dois países assinaram acordos, entre outros, estabelecendo relações diplomáticas e comerciais de apoio mútuo nestas diferentes economias. Com o passar das décadas, o comércio bilateral entre as duas nações cresceu cada vez mais rápido (salvo no período da crise brasileira de 2014) e em 2009; a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil (HIRATUKA *et al*, 2012, p.81-131).

A República Popular da China é um país de grande influência no cenário internacional, sendo considerada uma das grandes potências mundiais e o maior país exportador de acordo com o *World Bank* 2020. Essa grande influência se deve às reformas econômicas de 1978 estabelecidas pelo governo de Deng Xiaoping após a morte de Mao Tse-tung; essas mudanças além de ajudar o país a se tornar a segunda maior economia do mundo com um PIB de US\$ 1,2 trilhão em 2000 para US\$ 17,7 trilhões em 2021; também favoreceram o comércio internacional e os países (inclusive o Brasil) que produziam bens necessários para a ascensão da China (MEDEIROS e SERRANO, 2001).

Por ser o principal destino das exportações e a principal origem das importações brasileiras, essa relação, segundo os dados do Banco Municipal e da Secex, participou no aumento das exportações brasileiras de US\$ 151,79 bilhões em 2009 para US\$ 280,81 bilhões em 2021 e das importações brasileiras de US\$ 135,38 bilhões em 2009 para US\$ 234,63 bilhões em 2021.

Por isso, levando em consideração a relevância da economia chinesa no mercado mundial e especialmente no mercado brasileiro, a presente monografia tratará sobre a estrutura de comércio e a evolução das relações entre as potências Latino-Americana e Asiática; as mudanças de composição ocorridas do tempo.

Ademais, em face dos fortes impactos sanitários, econômicos e comerciais da pandemia da Covid-19; este trabalho buscou entender como os fluxos comerciais entre os dois

países foram por ela afetados, chamando atenção para as mudanças de composição setorial nas pautas de exportações e importações. De fato, a pandemia causou uma forte retração do comércio e das atividades econômicas e aqui optamos por dar certa atenção para o período mais recente a fim de ver se a pandemia teria causado uma interrupção na tendência de intensificação e uma alteração na estrutura do comércio bilateral. Partindo pela hipótese onde a estrutura comercial brasileira pode ser afetada tanto pelas crises internacionais como pelo aprofundamento da relação bilateral com a China, o presente trabalho tenta responder a seguinte pergunta: Qual foi a intensidade do impacto da covid-19 no comércio bilateral Brasil-China?

Para a elaboração desta monografia, foi feita uma revisão teórica acerca dos determinantes dos fluxos de comércio e também da literatura que se dedica mais especificamente ao comércio Brasil-China. Adicionalmente, levantou-se também a literatura recente sobre os efeitos econômicos e comerciais da covid-19. Ademais, a pesquisa se baseará na análise de dados sobre a composição setorial e geográfica do comércio Brasil-China com Base de dados da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM), entre outros.

É importante salientar que o nosso trabalho versará sobre o comércio mundial de mercadorias físicas.

Além da introdução e da conclusão, este trabalho está dividido em 3 capítulos. No primeiro capítulo, faremos uma abordagem teórica sobre os determinantes do comércio segundo os modelos de vantagens comparativas até às novas teorias do comércio internacional, de forma a ajudar a entender a estrutura comercial dos países analisados.

O segundo capítulo tratará sobre a evolução do comércio Sino-Brasileiro começando pelo desenvolvimento da economia chinesa desde as reformas de 1978 até 2021. Em seguida, discutiremos o desenvolvimento do comércio brasileiro desde a sua inserção no comércio mundial até 2021. E, por fim, analisaremos a relação bilateral entre os dois países de 2000 a 2021, levando em conta a composição agregada.

No último capítulo, analisaremos a evolução do comércio internacional durante a covid-19 (2018-2021), tentando auferir o impacto da crise sanitária sobre o volume e a composição do comércio Brasil-China, tendo a evolução do comércio mundial em perspectiva.

## **1. ABORDAGEM TEÓRICA**

### **1.1 TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Neste capítulo, abordaremos as diferentes teorias do comércio exterior que analisam os impactos da economia e do comércio numa perspectiva geral. A revisão dessas teorias que tentam explicar o volume e a composição, ou seja, a estrutura do comércio, ajudará a entender a relação comercial entre o Brasil e seu atual principal parceiro comercial, a China, com ênfase no período mais recente, quando da eclosão da crise associada à Covid-19.

#### **1.1.1 Teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional**

A fim de explicar os benefícios e as possibilidades das transações de mercadorias entre nações, os autores clássicos Adam Smith e David Ricardo desenvolveram teorias explicativas dos fluxos de comércio. Ambos autores desenvolvem seus modelos em concorrência perfeita e considerando apenas um único fator de produção, o trabalho, que é móvel entre setores em um mesmo país, mas imóvel entre países. Além disso, essas teorias consideram os custos de transporte nulos, os consumidores têm preferências idênticas e supõem que os 2 países envolvidos no comércio exterior possuem a mesma função de produção (NYAHOHO e PROULX, 2006; BAUMANN e GONÇALVES, 2015).

Já os autores neoclássicos baseiam a diferença de custos dos países em suas dotações de fatores e supõem o uso de mais de um fator de produção (trabalho, capital e/ou terra). De forma similar aos clássicos, supõem que os mercados operam em concorrência perfeita e que a produção tem retornos constantes de escala (NYAHOHO e PROULX, 2006; BAUMANN e GONÇALVES, 2015).

##### **1.1.1.1 Vantagens absolutas**

Segundo Adam Smith (1776[1996]), um país possui vantagens absolutas na produção de uma mercadoria quando ele usa menor quantidade de fator de produção (nesse caso de unidade de trabalho) para produzir e vendê-la a um menor preço em relação aos outros países. Para ele, este país deveria se especializar na produção e na venda de mercadorias em que possui essa vantagem e importar outros produtos cujos não possui vantagens absolutas (NYAHOHO e PROULX, 2006).



O alfaiate não tenta fazer seus próprios sapatos, mas compra-os do sapateiro. O sapateiro não tenta fazer suas próprias roupas, e sim utiliza os serviços de um alfaiate. O agricultor não tenta fazer ele mesmo seus sapatos ou sua roupa, porém recorre aos dois profissionais citados. Todos eles consideram de seu interesse empregar toda sua atividade de forma que auferam alguma vantagem sobre seus vizinhos, comprando com uma parcela de sua produção ou, o que é a mesma coisa, com o preço de uma parcela dela, tudo o mais de que tiveram necessidade. (Smith, 1776[1996], p. 438-439).

### 1.1.1.2 Vantagens comparativas

E o que fazer em relação aos países que não possuem vantagens absolutas na produção dos bens? Para demonstrar que mesmo os países que possuem nenhuma vantagem absoluta na produção de bens podem participar do comércio internacional, no início do século XIX, Ricardo (1817[1996]) nos *Princípios de Economia Política e Tributação* abordou a teoria das vantagens comparativas. Dado a diferença de produtividade de trabalho entre 2 países, um país A tem vantagens comparativas quando o custo de oportunidade para produzir um bem N neste país A é menor que o custo de oportunidade para a produção do mesmo bem no país B. Portanto, será melhor que o país A se especialize na produção do bem N e que o país B se especialize na produção dos bens em que possui vantagem comparativa; assim haverá comércio internacional e benefícios entre países (KRUGMAN *et al*, 2015).

Tendo como exemplo, Portugal necessita de 90 horas de trabalho para produzir uma unidade de tecido e 80 horas de trabalho para produzir uma unidade de vinho, enquanto que a Inglaterra precisa de 100 horas de trabalho para a produção de uma unidade de tecido e 120 horas para produzir uma unidade de vinho. Assim sendo, Portugal possui vantagem absoluta na produção dos dois produtos; seguindo a teoria do Smith, Portugal deveria se especializar na produção das duas mercadorias e não haveria comércio nem ganhos comerciais entre nações. Tendo em conta o custo de oportunidade, Portugal precisa abrir mão de 0,88 unidade de vinho para produzir uma unidade de tecido e abrir mão de 1,12 unidades de tecido para produzir uma unidade de vinho. Ao passo que a Inglaterra precisa abrir mão de 1,20 unidades de vinho para produzir uma de tecido e abrir mão de 0,83 de tecido para produzir uma unidade de vinho.

Nesse caso, a Inglaterra possui vantagem relativa na produção de tecido e Portugal possui vantagem relativa na produção de vinho. Logo, a Inglaterra deve se especializar na produção de tecido e o Portugal na produção de vinho; assim, haverá troca e ganho comercial entre os 2 países (HUNT, LAUTZENHEISER, 2013, p.177-179).

### **1.1.1.3 Teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS)**

Essa teoria, ao contrário das teorias clássicas, introduz a dotação de diferentes fatores de produção, ou seja, o uso de mais de um fator: capital (K), trabalho (L) e terra (T) para explicar as vantagens comparativas que os países tem no comércio internacional. Para esses autores, é melhor um país se especializar na produção de bens de capital (K), desde que a nação produtora emprega de forma intensiva o fator abundante no país, o capital (K), para produzir esses produtos. Assim o país poderá produzir mercadorias a um menor custo, exportá-las e importar produtos que necessitam altos custos de produção devido à escassez do fator usado para produzi-los (no caso, o fator L). Deste modo, os países poderão usufruir dos benefícios do comércio exterior. Exemplificando, o Brasil que é um país rico em terra, produz bens agrícolas, e a China que dispõe de mão de obra acessível, é especializada na produção de bens manufaturados (SARQUIS, 2011).

Pelo teorema de equalização de preço, o comércio entre dois países que possuem diferentes dotações de fatores tende à equalização dos preços desses fatores. Ou seja, quando uma nação A se especializa na produção de bens usando fator de produção abundante no território (vamos supor que é o fator L), o fato de usar mais esse recurso, tende a reduzir a quantidade dele e isso lhe torna escasso e mais caro. Enquanto que o fator menos usado (digamos o fator K), se torna abundante e tende a baixar de preço. Isso se aplica inversamente no país B. Logo, quando o preço de trabalho (L) tende a cair e que o preço de capital (K) tende a subir no país A; do outro lado, quando o preço de capital (K) tende a cair e que o preço de trabalho (L) tende a subir no país B, isso leva a uma equalização dos preços nos 2 países.

### **1.1.1.4 Teorema de Stolper-Samuelson**

Tendo como ponto de referência a teoria de HOS, Stolper e Samuelson (1941) visam explicar o impacto que o comércio gera sobre a distribuição de renda (remuneração dos fatores de produção) dentro dos países que atuam no comércio internacional. Para eles, além de equilibrar os preços dos fatores de produção nas diferentes nações, o comércio exterior tende a aumentar o preço dos bens que usam fator abundante para ser produzidos. Portanto, se o preço de bem produzido com maior capital aumenta no exterior em relação ao preço de bem que usa mais fator trabalho, a remuneração do fator capital tenderá a ser maior que a remuneração do trabalho (GUILLOCHON, 1998, p.51).

### 1.1.2 Novas teorias do comércio internacional

Em 1961, Staffan Linder abandonou as ideias de vantagem comparativa desenvolvidas por autores anteriores e desenvolveu a teoria da demanda representativa. Segundo ele, a produção visa sobretudo atender a demanda interna de um país e só então os excedentes dessa produção serão exportados para o mercado externo, principalmente para os países que têm o mesmo nível de renda per capita do país produtor, pois é suposto que aquelas nações, sendo desenvolvidas, possuem a mesma demanda representativa, ou seja, demandam a mesma qualidade e variedade de produtos (produtos sofisticados) que o país exportador. Assim nenhum dos países envolvidos nessa troca de mercadorias poderá dificultar o desenvolvimento comercial e econômico de outros (BAUMANN *et al*, 2004, p.30-31).

De acordo com Posner (1961), para dois países produzirem e trocarem mercadorias, não devem necessariamente possuir diferentes dotações de fatores como estipula o modelo de HOS; a existência do comércio internacional se dá pelo fato de um país possuir melhores técnicas para produzir (tecnologia ou inovação na produção). A diferença tecnológica entre países proporciona uma vantagem de troca internacional ao país que é tecnologicamente avançado na sua produção, pois isso vai lhe atribuir um monopólio em relação ao país que ainda não possui técnica para produzir e exportar novos produtos (BAUMANN *et al*, 2004, p.31-32; GUILLOCHON, 1998, p.91-93).

Segundo as teorias clássicas e neoclássicas mencionadas, pode haver comércio internacional entre países distintos desde que um deles se especialize na produção de mercadorias em que possui vantagens comparativas (absolutas -et/ou relativas). Levando em conta os dados empíricos apresentados no final da segunda guerra mundial até os anos 90, registrou-se crescimentos significativos de comércio entre economias avançadas (Norte-Norte). Ou seja, as exportações entre essas economias que representavam 38% do total das exportações mundiais, cresceram para 76% em 1990 (SARQUIS, 2011, p.38).

As teorias modernas do comércio internacional abordadas por Linder (1961), Posner (1961) e adiante por Krugman (1979,1980) surgiram para explicar os limites das primeiras teorias, ou seja, de acordo com estes autores, a existência do comércio entre países é explicada não somente pelas dotações de fatores de produção (como estipula a teoria neoclássica, particularmente no teorema de HOS), mas também pela demanda representativa e a tecnologia.

Ademais, essas teorias mostraram que existe comércio intra-indústria, em outros termos, um país pode importar o que exporta, desde que haja variedade nos produtos, pois um ponto importante dessas teorias modernas é que as preferências dos consumidores são variáveis.

Exemplificando, a França exporta carros na Alemanha e importa carros de lá, mas de diferentes marcas.

Além disso, a economia interna de escala (com retorno crescente de escala) existente nas indústrias é um dos fatores que incentiva o comércio internacional, mas leva a uma concorrência imperfeita e não perfeita como nos primeiros modelos (BAUMANN e GONÇALVES, 2015).

### **1.1.2.1 Economia de escala e comércio internacional**

A economia de escala ocorre quando a produção mais do que dobra quando os fatores de produção dobram. São necessárias 15 horas de trabalho para produzir 10 widgets, se dobrarmos o tempo para 30 horas, em vez de a produção dobrar para 20 widgets como nas teorias clássicas e neoclássicas que usam retornos constantes de escala; essa produção vai mais do que dobrar (ou seja, com 30 horas de trabalho vamos produzir 25 widgets).

Em relação ao comércio exterior; 2 países os Estados Unidos (EUA) e a Grã-Bretanha (GB) necessitam de 15 horas para produzir 10 widgets; se essas horas forem dobradas para 30 horas, dado as teorias antigas do comércio internacional, a produção também será dobrada; agora, se deixarmos a produção desses bens a um país (neste caso, os Estados Unidos) que os produza com economia de escala, a produção mais que dobraria. Para isso acontecer, os Estados Unidos devem abrir mão da produção de outras mercadorias e deixar a Grã-Bretanha produzi-las.

Logo, a economia mundial possibilitará a produção de uma variedade limitada de mercadorias; se um consumidor americano quiser uma variedade produzida na Inglaterra, ele a importará de lá, e vice-versa; e assim haverá ganhos comerciais entre países. No entanto, quando as indústrias se especializam na produção que lhes proporciona retornos crescentes de escala, haverá uma competição e concorrência imperfeita no mercado (KRUGMAN *et al*, 2015).

### **1.1.2.2 Concorrência imperfeita e monopolística**

A concorrência imperfeita é uma situação em que existe um certo desequilíbrio entre a oferta e a demanda; além disso, o mercado se depara com uma situação de monopólio, oligopólio, entre outros. No desejo de querer maximizar seus lucros, uma firma produz até o ponto onde a receita marginal iguala ao custo marginal e se ela quer vender uma unidade a mais dos seus produtos, ela tem que reduzir o preço dos outros. Ou seja, nesse mercado pode existir

um grande número de firmas e/ou um único produtor que fixam os preços das mercadorias deles.

No comércio internacional, a empresa se depara com grande número de barreiras; ela passa a competir com várias firmas, não pode mais fixar o preço dos seus produtos pois o preço é fixado no mercado internacional. Para permanecer no comércio exterior, ter maior venda, manter a situação de monopólio e continuar a fixar o preço das suas mercadorias, a firma tem que diferenciar seus produtos e inovar a fim de lucrar (KRUGMAN *et al*, 2015).

### **1.1.3 Cadeias globais de Valor (CGV)**

Para poder exportar e importar, tem que haver bens produzidos; e para produzir e comercializar bens além dos fatores de produção, existe uma série de processos a seguir que será explicada a partir da cadeia global de valor.

Através da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) são distribuídas funções e etapas da produção para os países, de forma que países considerados mais desenvolvidos dominam a parte intelectual e de desenvolvimento dos produtos enquanto os países periféricos produzem e montam as mercadorias efetivamente.

Essa divisão não é estática, e pode ocorrer, portanto, mudança no papel exercido pelos Estados conforme sua política interna muda ou ocorrem choques externos que mudam a organização mundial. São estabelecidas, assim, Cadeias Globais de Valor (CGVs):

A cadeia de valor descreve toda a gama de atividades que empresas e trabalhadores realizam para levar um produto desde sua concepção até o uso final e além. Isso inclui atividades como pesquisa e desenvolvimento, design, produção, marketing, distribuição e suporte ao consumidor final (GEREFFI e FERNANDEZ STARK. 2016).

Com o processo de globalização, essas cadeias produtivas globais foram se ampliando e se dinamizando como expresso a seguir:

Essa expansão das CGVs foi acelerada a partir da década de 1980 pela abertura comercial e pela integração produtiva. A abertura comercial (redução das barreiras comerciais não tarifárias e, sobretudo, as tarifárias) no plano internacional impôs uma maior concorrência às empresas nacionais e multinacionais. Essa maior abertura dos mercados (acirramento da concorrência) vem forçando uma busca pela elevação da produtividade e pela redução dos custos, cujos objetivos transbordaram para o âmbito da produção ... É preciso observar que as CGVs são mais do que uma simples cadeia de compra e venda de bens e serviços, pois elas funcionam como um sistema complexo de valor adicionado no qual cada produtor adquire insumos e adiciona valor ao bem intermediário na forma de lucros e remuneração ao trabalho, que por sua vez, irão compor os custos do próximo estágio de produção (PINTO, FIANI; CORRÊA, 2015).

## **2. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO SINO-BRASILEIRO 2000-2021**

O comércio exterior brasileiro apresentou uma evolução ao longo do século 21, especialmente a partir do ano 2002, em razão do aumento de preços internacionais de commodities. Desse crescimento apontamos um maior envolvimento da China, que segundo os dados do Banco Mundial e da Secex, está mais e mais aumentando a sua participação no comércio exterior brasileiro, saindo de um peso de 1,97% do total das exportações brasileiras em 2000 para 31,3% em 2021, e de 2,23% do total das importações brasileiras em 2000 para 20,3% em 2021.

Neste capítulo será abordado a evolução da relação comercial Brasil-China, destacando o desenvolvimento econômico e comercial chinês desde as reformas de 1978 até 2021, em seguida, será analisada a participação do Brasil no mercado mundial e por último apresentaremos a composição de exportações e importações bilateral.

### **2.1 A CHINA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

A participação da China no comércio mundial cresceu significativamente desde a década de 1970 até o ano 2021. Essa aceleração se deveu em grande parte à abertura econômica e comercial iniciada com as reformas econômicas estabelecidas pelo primeiro ministro chinês Deng Xiaoping em 1978 e aprovadas em 1979.

Essas transformações estipulavam o estímulo à agricultura (que historicamente era a base da economia chinesa), a abertura ao investimento estrangeiro direto (IED) de tal maneira a aumentar a participação da China nas exportações mundiais. Além disso, o país necessitava das novas capacidades tecnológicas, acesso aos novos mercados a fim de ampliar os fluxos de comércio (sobretudo as exportações dos setores que têm maior peso na cadeia produtiva global e regular as importações de tal maneira a não afetar as indústrias nacionais.) (COSTA e MENDONÇA,2017).

Essa inserção no comércio internacional foi benéfica para o país, como podemos observar no gráfico 1. Logo depois das reestruturações, as exportações e importações se aceleraram, mas em intensidade diferente. Examinando o período de 1978 até 1999, essas exportações e importações cresceram respectivamente de US\$ 9,96 bilhões para US\$ 194,93 bilhões e de US\$ 11,13 bilhões para US\$ 165,69 bilhões e a corrente do comércio registrou uma alta de US\$ 21,08 bilhões em 1978 para US\$ 360,62 bilhões em 1999. A partir de 2000 até 2021, o crescimento em valor se acelerou ainda mais por causa da adesão da China à OMC em

2001. As exportações, importações e corrente de comércio chinês aumentaram respectivamente de US\$ 249,2 bilhões, US\$ 225,1 bilhões e US\$ 474,3 bilhões, em 2000 para US\$ 3,4 trilhões, US\$ 2,7 trilhões e US\$ 6,1 trilhões, em 2021 (Ver tabela 1).

**Tabela 1. Fluxos de comércio chinês (US\$ bilhões) 2000-2021**

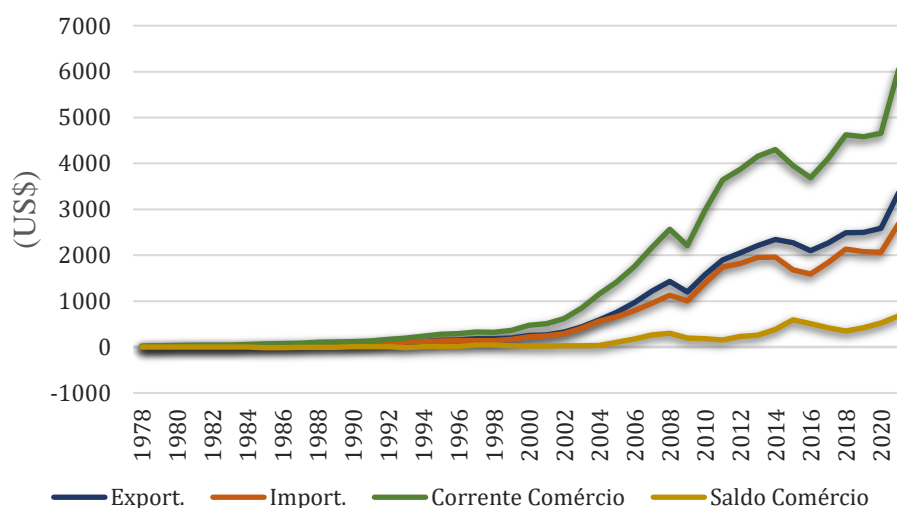
Anos	Exportações da China (US\$ bilhões/trilhões)	Importações da China (US\$ bilhões/trilhões)
2000	249,2	225,1
2005	761,9	659,9
2010	1577,7	1396,2
2015	2273,4	1679,5
2020	2589,9	2065,9
2021	3364	2687,5

**Fonte:** Banco Mundial, World Trade Organization

É importante salientar que apesar das transformações econômicas, a China apresentou várias vezes déficits comercial<sup>1</sup>. Mas a sua adesão à OMC, com uma grande intervenção do Estado na economia, permitiu um modelo de produção peculiar que resultou em uma rápida ascensão do país.

O papel do Estado – e do Partido Comunista Chinês (PCC) – nesse processo é de importância sem precedentes. Tudo que ocorre na China é, em grande medida, resultado da atuação do Estado. O poder político permanece fortemente concentrado, e a capacidade administrativa do aparelho estatal cresce e se adapta tão velozmente quanto as transformações econômicas ocorrem (CASSIOLATO, 2013).

**Gráfico 1. Fluxos de comércio exterior chinês em (US\$ bilhões) 1978-2021**



**Fonte:** Banco Mundial, World Trade Organization, Elaboração própria.

<sup>1</sup> Para maior detalhe, ver os dados da tabela A.1 do Apêndice

A partir de meados do ano 2007 e do início de 2008 foi desencadeada a crise financeira global, uma das maiores depois da grande depressão de 1929, que levou várias instituições financeiras americanas a uma situação de falência e que provocou efeitos negativos sobre as economias mundiais. No referente à China, em 2009, olhando para a evolução do gráfico 1 baseado nos dados do Banco Mundial, constatou-se uma queda para US\$ 1,2 trilhões, ou seja, a taxa de crescimento das exportações em relação ao ano precedente foi de -16%. As importações, por sua vez, caíram para US\$ 1,00 trilhão e variaram a uma taxa de -11,17 % em relação ao ano anterior.

Em consequência dos efeitos da recessão de 2008, a partir de 2008 até 2011, por mais que o saldo comercial continuou registrando superávits, as importações passaram a crescer a uma taxa maior do que as exportações<sup>2</sup>. Logo após, esse saldo foi crescendo, até fechar o ano de 2021 com um superávit de US\$ 676,5 bilhões.

### **2.1.1 Peso das exportações e importações chinesas no PIB chinês**

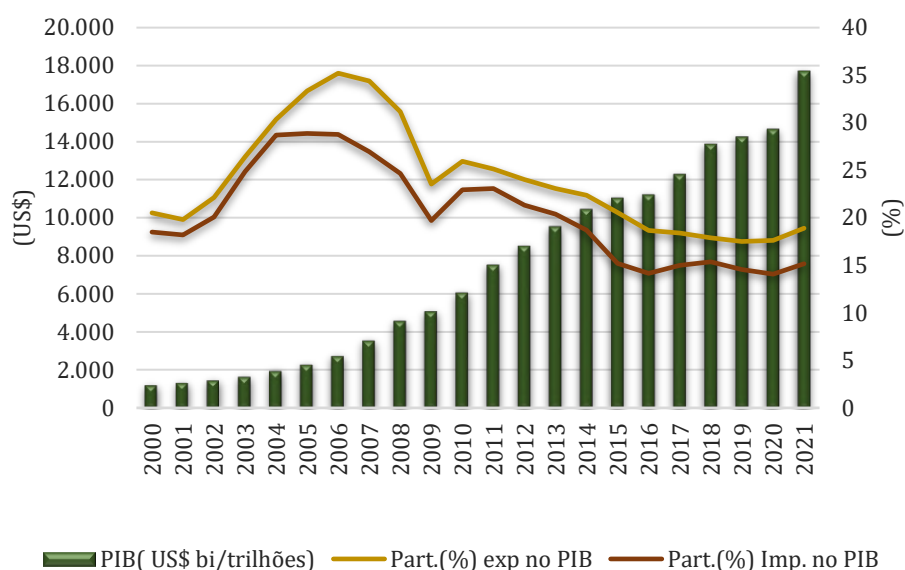
Em relação à participação das exportações e importações no PIB do país, esta aumentava consideravelmente, registrando de 2000 até 2007, um crescimento médio de 7,7% a.a para as exportações e 5,5% a.a para as importações. Porém com a eclosão da crise financeira global, essas participações se contraíram, caindo de 34,4% do PIB em 2007 para 23,6% em 2009 e 26,9% do PIB em 2007 para 19,7% em 2009 (% respectivas das exportações e importações). Em 2010, observou-se um crescimento do peso do comércio no PIB, mas com os efeitos da crise global essa participação no PIB se contraiu e registrou de 2010 a 2021 crescimentos médios de -2,8% a.a para as exportações e -3,7% a.a para as importações. Cabe mencionar que, apesar da crise de 2008, o PIB chinês não reduziu a sua trajetória de crescimento até o ano 2021, quando registrou um valor de US\$ 17,7 trilhões (Ver gráfico 2.).

---

<sup>2</sup> Ver tabela A.6 do Apêndice



**Gráfico 2. (%) das exportações e importações no PIB chinês (US\$ bilhões/trilhões) de 2000-2021**



**Fonte:** Banco mundial, World Trade Organization, Elaboração própria

### 2.1.2 Composição de comércio chinês

Considerando as teorias do comércio internacional mencionadas no primeiro capítulo, cabe ressaltar que a evolução do comércio exterior chinês passou por vários modelos até ser baseado no modelo de “defasagem tecnológica”, uma teoria que assume que o processo de inovação tecnológica gera vantagens comparativas e influencia o padrão de comércio internacional do país, de modo que leva os competidores a responderem através da imitação à inovação (GONÇALVES, 1997).

Antes das reformas, a República Popular da China exportava em quantidade reduzida e essas exportações eram mais concentradas nos produtos agrícolas, petróleo e seus derivados. Com o início das reformas até o final dos anos 1990, o país passou a exportar produtos intensivos em mão de obra (produtos manufaturados leves como têxteis, brinquedos, entre outros) já que era um fator abundante no país (isso nos recorda a teoria das vantagens comparativas de Ricardo e o teorema de HOS; que diz que um país deve se especializar no que ele produz com menor custo e que usa fator de produção abundante no país; isso proporcionou para China ganhos comerciais e crescimento econômico) (BAUMANN *et al*, 2010).

Com o passar do tempo e com a adoção de diversas políticas industriais e tecnológicas, tal como, expandir o número das empresas autorizadas a exportar e importar; descentralizar a administração dessas companhias, que antes das reformas eram comandadas somente pelo governo central e passaram a ser administradas pelo Estado. Além disso, outro fator foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), áreas litorâneas destinadas à entrada de investimento estrangeiro direto para dinamizar a economia local e promover o avanço tecnológico do país. O Estado chinês estabeleceu por lei condições para essa entrada de capital, como a obrigação de ter parceiro local (via formação de joint-venture com empresa estatal chinesa), acordos de transferência de tecnologia, regras de conteúdo local, definição geográfica da localização das fábricas e quotas para exportação e geração de empregos (CHERNAVSKY e LEÃO, 2011; NOGUEIRA, 2021).

Com os pesados investimentos em pesquisa e tecnologia, aliado ao aprendizado adquirido pelo estudo dos produtos de outros países, a China conseguiu criar inovações e ganhar reputação mundial como grande potência. Na década de 1990, a pauta de exportações chinesa foi mudando de forma significativa, passando a ser concentrada nos produtos de média e alta tecnologia (eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos). No início dos anos 2000, essa especialização se intensificou e isso acabou reduzindo a participação das exportações de commodities e bens intensivos em trabalho e recursos naturais (CHERNAVSKY e LEÃO, 2011).

No que se refere às importações, no início da década de 1980, no âmbito de cumprir os planos das reformas econômicas, que de um lado constituía em desenvolver a indústria nacional, foi primordial aumentar as importações de produtos manufaturados (como máquinas e equipamentos); isto reduziu a participação dos bens básicos na pauta de importação de 34% em 1980 para 12% em 1985 e aumentou a participação dos produtos industrializados de 66% em 1980 para 88% em 1985. Nos anos 2000, constatou-se um aumento das importações dos produtos básicos, em especial combustíveis (tanto pelo aumento da quantidade importada, como pelo aumento de preços internacionais de commodities) em detrimento dos produtos manufaturados (salvo máquinas e equipamentos). Entre 1990 e 2010, o peso das importações de bens básicos e de manufaturados passou respectivamente de 2% para 14% e de 50% para 30%. Uma vez que o país adquiriu a capacidade de produzir, transformar e exportar aqueles bens, reduziu as importações de bens de capital e essa atitude lhe permitiu ultrapassar várias economias. Segundo Medeiros e Serrano (2001), esse comportamento chinês recorda os pensamentos do Raul Prebisch na Cepal, mostrando que como um país que almeja expandir sua

indústria, tende a importar mais equipamentos para facilitar sua industrialização, mas quando atingir o nível desejado, diminuirá a taxa de importação desses bens.

## 2.2 BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

### 2.2.1 Balança comercial brasileira

Historicamente o Brasil era uma economia primária-exportadora, e ele vai mudando nos anos 80 em razão do processo de substituição de importações tanto quantitativa quanto qualitativamente. Esse processo se estendeu até o final da década de 1990, quando começou a reprimarização da pauta exportadora que se consolidou ainda mais na crise da covid-19, com um aumento de vendas dos produtos primários (particularmente o agropecuário) no exterior (LOPES, 2020; MESQUITA *et al*, 2021).

Até 2001, a balança comercial apresentava saldos negativos devido às crises internacionais dos anos 90 e ao maior volume das importações de bens de capital e de petróleo. Em 2002, o país passou a acumular superávits até 2006, onde registrou um saldo de US\$ 40,54 bilhões, o terceiro maior saldo dos períodos analisados (2000 - 2021). Em 2007, com a valorização do real acompanhada da crise financeira global, os crescimentos percentuais das importações começaram a superar os das exportações; como resultado, o país reduziu a sua tendência de crescimento, atingindo saldos deficitários de US\$ -19,74 bilhões e US\$ -19,84 bilhões respectivamente em 2013 e 2014<sup>3</sup>. A partir de 2015, o Brasil passou a registrar superávits até alcançar um saldo comercial de US\$ 46,12 bilhões em 2021 (Ver tabela 2).

**Tabela 2. Fluxos de Comércio Brasileiro (US\$ bilhões) 2000-2021**

Anos	Exportações brasileiras (US\$ bilhões)	Importações brasileiras (US\$ bilhões)
2000	54,99	60,04
2005	118,59	78,7
2010	200,43	193,18
2015	186,77	180,46
2020	209,18	166,33
2021	280,81	234,69

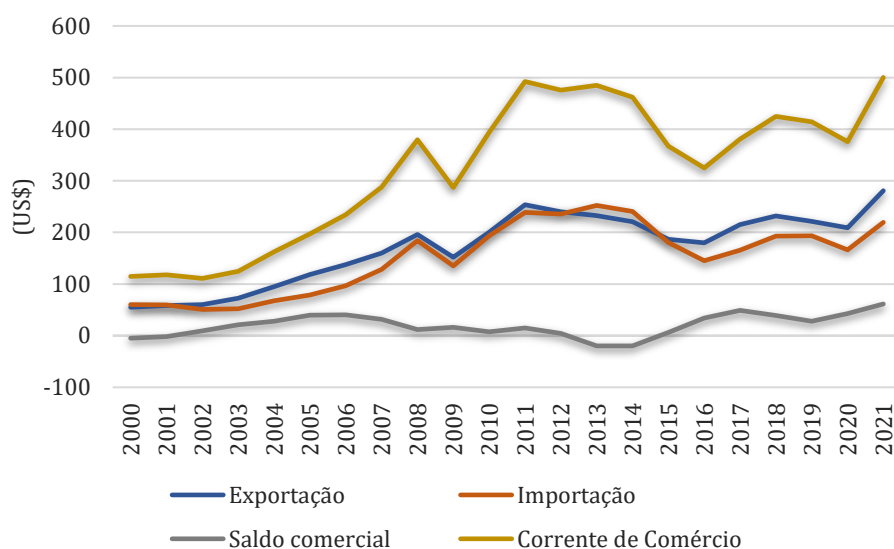
**Fonte:** Secex, Elaboração própria

<sup>3</sup> Informações mais detalhadas na tabela A.2 do Apêndice

Analisando a tabela 2 e o gráfico 3, de 2000 até 2008 tanto as exportações quanto as importações brasileiras cresceram respectivamente de US\$ 54,99 bilhões para US\$ 195,76 bilhões; e de US\$ 60,04 bilhões para US\$ 183,92 bilhões, ou seja, registraram-se crescimentos médios de 17,2% a.a para as exportações e 15,02% a.a para as importações.

Em 2008, eclodiu a crise financeira que reduziu os valores tanto das exportações quanto das importações. Os dois caíram respectivamente de US\$ 195,76 bilhões para US\$ 151 bilhões e de US\$ 183,92 bilhões para US\$ 135,38 bilhões em 2009. Os valores registrados representam quedas de -22,4% nas exportações e de - 26,3% nas importações em relação ao ano 2008.

**Gráfico 3. Fluxos de Comércio Brasileiro (US\$ bilhões) 2000 – 2021**



**Fonte:** Secex, elaboração própria

Seguindo na análise do gráfico 3, é possível perceber que houve uma queda na evolução da corrente de comércio brasileiro e isso foi em consequência da crise brasileira (choque de oferta e demanda) que começou no segundo trimestre de 2014. Ou seja, a partir de 2011-2012 foi implementada a política da Nova Matriz Econômica (NME) que autorizou a atuação do governo na economia, tanto pela política monetária como pela política fiscal. Essas políticas públicas da NME consistiam em reduzir a taxa de juros básica para combater a aceleração da taxa de inflação, mas em vez de resolver o problema, elevou ainda mais a inflação e reduziu a credibilidade do Banco Central. Além disso, o governo elevou seus gastos, aumentando de forma exagerada o investimento do BNDES e Petrobras no objetivo de melhorar a economia; mas as expectativas desses investimentos não foram alcançadas, portanto, registrou-se uma

queda de -3,7% no crescimento econômico (PIB) brasileiro entre 2014 e 2016<sup>4</sup>. Em 2017, com as reformas (fiscais, monetárias e creditícias, e a agenda de reformas para o aumento de produtividade estabelecidas pelo governo do ex-presidente Michel Temer) e também com uma safra agrícola muito positiva, a economia brasileira registrou um crescimento de 1%, com destaque principal no agropecuário com um crescimento de 13%, seguido da indústria extrativa mineral (com o aumento da produção de petróleo e de minério) registrando um crescimento de 4,3%. Mas no final de 2019, apareceu a covid-19 que desacelerou ainda mais o crescimento do país. Com a baixa demanda externa devido à recessão dos parceiros comerciais do Brasil, o país registrou, entre 2019 e 2020, uma queda de -5,4%, em valor, nas suas exportações (BARBOSA, 2017; TINOCO e GIAMBIAGI, 2018).

### **2.2.2 Peso das exportações e importações brasileiras no PIB**

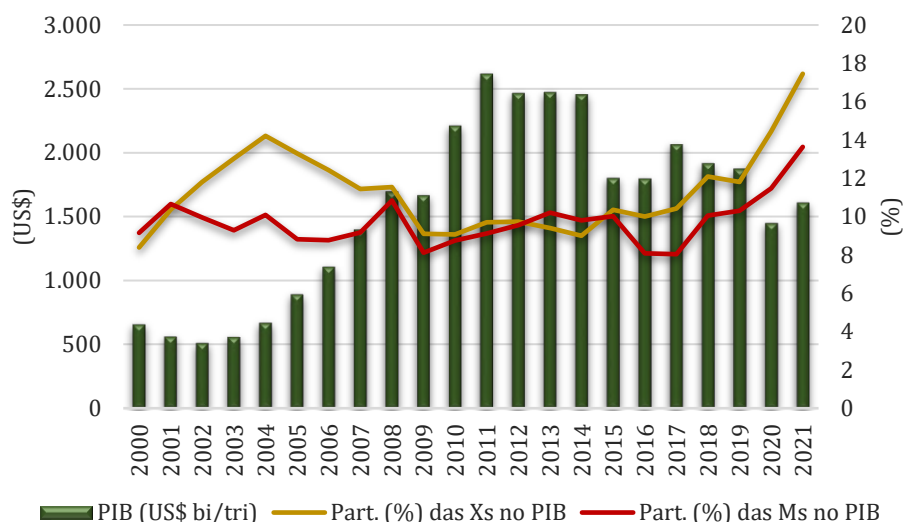
A partir de 2004 até 2008, como observado no gráfico 4, o país passou a registrar altas taxas de crescimento devido à disciplina fiscal que estabilizou a economia<sup>5</sup>; devido à redução da vulnerabilidade frente aos choques externos (choques vindos das crises dos mercados emergentes) e pelo fato de conseguir atender a demanda externa por commodities agrícolas e minerais; de 2000 até 2008 registrou-se um crescimento médio de 12,62% a.a. Com o surgimento da crise financeira global, esse crescimento econômico foi interrompido em 2009 e em 2010 voltou a crescer. Mas, em geral, após a crise de 2008, de 2010 até 2021, a economia brasileira regrediu com uma média de crescimento anual de -2,84% a.a (SARQUIS, 2011).

---

<sup>4</sup> “A política monetária eleva a taxa de juros em momentos de crescimento da inflação e reduz a taxa Selic em momentos de desaceleração inflacionária, conforme se pode observar pela evolução da inflação e da taxa Selic ao longo do tempo na Figura 1. No entanto, uma das políticas da NME foi a redução da taxa de juros básica da economia em 2012 em momento de aceleração da taxa de inflação. (Figura 1). A mudança na política monetária fez que a taxa de inflação acelerasse (e permanecesse em nível elevado) e reduziu a credibilidade do Banco Central, elevando o custo de combate à inflação ... Essa política utilizou recursos públicos de forma exagerada e ocasionou em elevação da taxa de investimento doméstica no período. No entanto, a elevação do investimento não veio acompanhada de crescimento econômico, mas sim de redução da produtividade total dos fatores (PTF), reduzindo a capacidade de crescimento da economia no período” (BARBOSA, 2017, p. 52-53)

<sup>5</sup> “O quadro se modificou com a reorientação da política fiscal para uma fase de flexibilização, quando uma série de instrumentos foram introduzidos no regime de metas para gerar espaço fiscal. O primeiro desses instrumentos foi o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), criado em 2005 e depois ampliado, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PPI serviu para introduzir a ideia de que alguns investimentos precisariam receber tratamento fiscal diferenciado por ensejarem um processo virtuoso de autofinanciamento e, por conseguinte, poderiam ser deduzidos da meta fiscal ... Um segundo instrumento de flexibilização foi a exclusão de empresas estatais federais da meta fiscal, com intuito de liberá-las de constrangimentos orçamentários para que viabilizassem seus planos de investimentos” (ORAIR, 2018, p. 176-177)

**Gráfico 4. (%) das exportações e importações no PIB do Brasil (US\$ bilhões/trilhões) 2000 – 2021**



**Fonte:** Secex, Wits banco mundial, elaboração própria

Em relação ao peso do comércio exterior no PIB, as exportações têm maior participação que as importações. No período de 2000 até 2021, as primeiras registraram participações entre 8% e 17,4%, com maior destaque nos anos 2004 (14, 21%), 2020 (14, 44%) e 2021 (17,4%). Já para as importações, salvo no início do ano 2000, em 2013 e 2014, onde registraram maior participação que a das exportações, essa participação das importações variam em torno de 8% e 14% no mesmo período analisado.

### 2.3 RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL-CHINA

A aproximação comercial entre o Brasil e a China começou no início da década de 1970. Antes de 1971, a potência asiática importava o açúcar cubano, mas em 1971 este país não conseguiu atender a demanda chinesa e o governo de Pequim passou a importar açúcar brasileiro; em 1972 o Brasil exportou 100 mil toneladas de açúcar para a China.

Em 1973, o Brasil exportou 4,7 mil toneladas de ferro-gusa, produto que nenhum país ainda havia exportado para a China. Isso concedeu ao Brasil uma vantagem comercial que facilitou o estabelecimento da relação diplomática entre esses dois países em 1974, durante a missão comercial do Vice-Ministro do Comércio Exterior chinês (Chen Jie) na República Federativa do Brasil. E a partir de 1978 esses países assinaram o Acordo Comercial Bilateral (COSTA e MENDOÇA, 2017).

É importante mencionar que, mesmo com acordo assinado, a China e o Brasil não mantinham ainda uma relação comercial bem consolidada. Nos anos 1990 até 2008, os EUA e a União Europeia (EU) ocupavam os dois primeiros lugares nas transações comerciais com o Brasil, mas com o passar do tempo e com a crise econômica de 2008, eles perderam essa hegemonia enquanto a China com sua ascensão, sua forte relação comercial com o mundo e com seu aumento da quantidade demandada por commodities agrícolas, de minerais, produtos manufaturados e recursos naturais, tornou-se a primeira e grande parceira comercial do Brasil em 2009, participando de 13,8%<sup>6</sup> do total das exportações brasileiras, e em 2012, o país asiático se tornou o principal fornecedor (dos produtos tecnológicos e industrializados) do Brasil, com um peso de 15,2%<sup>7</sup> do total das importações (HIRATUKA *et al*, 2012; COSTA e MENDONÇA, 2017).

E desde essa parceria, o Brasil passou a acumular superávits comerciais nas suas transações com a China; em 2007 e 2008, o Brasil teve um déficit e voltou a acumular superávit em 2009. Como exemplo, em 2015, segundo os dados do ministério das relações exteriores publicadas (2016), o Brasil exportou US\$ 35,6 bilhões e importou US\$ 30,7 bilhões, logo registrou um superávit comercial de US\$ 4,9 bilhões de US\$ (COSTA e MENDONÇA, 2017).

**Tabela 3. Fluxos de Comércio Brasil-China (US\$ Milhões) 2000-2021**

Anos	Exportações brasileiras para China	Importações brasileiras vindo da China	(%) das exportações brasileiras para China no total das exportações do Brasil	(%) das importações brasileiras vindo da China no total das importações do Brasil
2000	1.084,86	1.341,11	1,97	2,23
2005	6.826,87	5.820,71	5,76	7,40
2010	30.747,55	27.829,29	15,34	14,41
2015	35.155,35	31.999,01	18,82	17,73
2020	67.788,08	36.737,80	32,41	22,09
2021	87.907,89	47.650,95	31,3	20,30

**Fonte:** Secex, Wits Banco Mundial, elaboração própria

A relação comercial entre os dois países está se consolidando cada vez mais, analisando a tabela 3 e o gráfico 5, observa-se um aumento de troca de mercadorias entre as duas nações. De 2000 até 2011, as exportações brasileiras para China seguiam um ritmo de crescimento contínuo com uma taxa média de 40,1% a.a. Em 2012, houve uma queda de -6,9% em relação

<sup>6</sup> Tabela A.3 do Apêndice

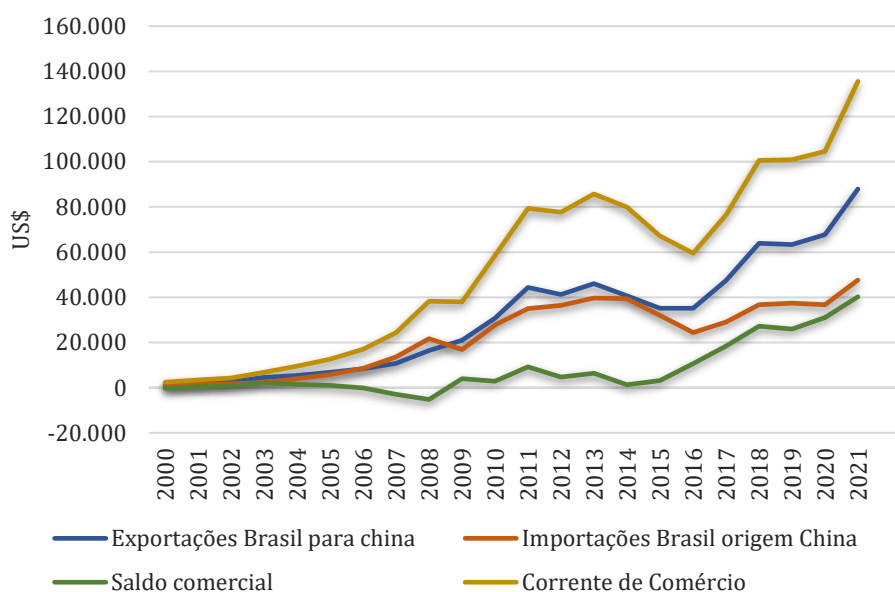
<sup>7</sup> Tabela A.3 do Apêndice

ao ano anterior; e de 2010 até 2021, essas exportações cresceram, mas o crescimento médio foi 7,09% a.a, ou seja, esse crescimento foi menor que o da primeira década de 2000; de um lado essa regressão resultou dos efeitos da crise de 2014.

Já para as importações, registou-se um crescimento contínuo (contudo, menor que o das exportações) até o ano 2014 (crise) e voltou a crescer em 2017. De 2000 até 2010, o crescimento médio foi 35,4% a.a, contra 2,8% a.a, entre 2011 e 2021.

Em suma, de 2000 até 2021 as médias de crescimento foram 23,2% a.a para as exportações e 18,5% a.a para as importações, fatos que explicam o superávit comercial do Brasil com a China excluindo o período da crise financeira.

**Gráfico 5. Evolução do comércio Brasil-China (US\$ Milhões) 2000-2021**



**Fonte:** Secex, Wits Banco Mundial, elaboração própria

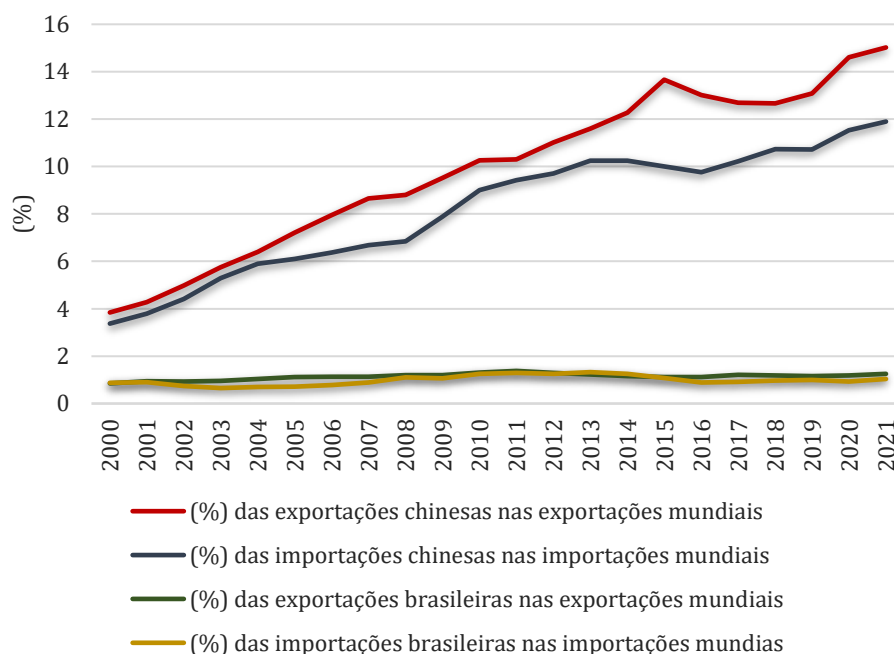
### 2.3.1 Integração da China e do Brasil no comércio internacional

Analisando o gráfico 6, percebemos que a China está ganhando muito mais importância no mercado mundial tanto com as suas exportações como com as suas importações em comparação ao Brasil, que não apresenta grande integração comercial. Dessa evolução, registou-se de 2000 a 2021, um crescimento médio de 6,7% a.a e 6,2% a.a respectivamente nas exportações e importações chinesas contra um crescimento médio de 1,9% a.a e 0,80% a.a nas exportações e importações brasileiras.



Examinando os dados de comércio do Banco Mundial, de maneira oposta à China que está aumentando a sua participação no comércio internacional; de 2000 até 2021, a participação do comércio de mercadorias brasileiras no total do comércio de mercadorias mundiais cresceu apenas de 0,9% para 1,3%<sup>8</sup>, isso mostra a baixa integração comercial do Brasil no comércio exterior.

**Gráfico 6. China e Brasil no comércio Internacional 2000-2021**



**Fonte:** Banco Mundial, Secex. Elaboração própria

### 2.3.2 Efeitos da mudança de preços de commodities no comércio sino-brasileiro.

Em dezembro de 2001, a China aderiu à OMC, isso lhe permitiu a crescer economicamente e também ajudou no aumento do comércio mundial de 2002 a 2008 (crise financeira global). Como mencionado anteriormente, a demanda chinesa por recursos naturais e commodities (matérias primas agrícolas, metais e petróleo para a produção industrial) aumentou bastante nesse período, mas o país não podia atender essa demanda pois a oferta nacional não era suficiente para atender a demanda; então as soluções foram importar produtos dos países ricos em recursos naturais e que tem uma quantidade de demanda interna destes bens menor que a da China. Como os países da América Latina (principalmente o Brasil) possuem muitos recursos naturais e commodities, eles se tornaram a maior região exportadora daqueles produtos. Como consequência do aumento da demanda chinesa por commodities, aumentou-se

<sup>8</sup> Tabela A.5 do Apêndice

os preços de petróleo e de produtos primários, estimulando o comércio internacional agrícola. Isso teve um impacto positivo na economia brasileira pois aumentou a quantidade e os valores das exportações brasileiras para a China. Essa evolução de crescimento regrediu em 2006 e piorou de 2007 a 2008, onde o Brasil passou a registrar déficits comerciais com a China. Logo depois da crise, as exportações brasileiras retomaram o seu ritmo de crescimento até fechar o ano de 2010 com um superávit de US\$ 2,9 bilhões. (HIRATUKA e SARTI,2016; APEX-BRASIL,2011; MARANHÃO e FILHO, 2017).

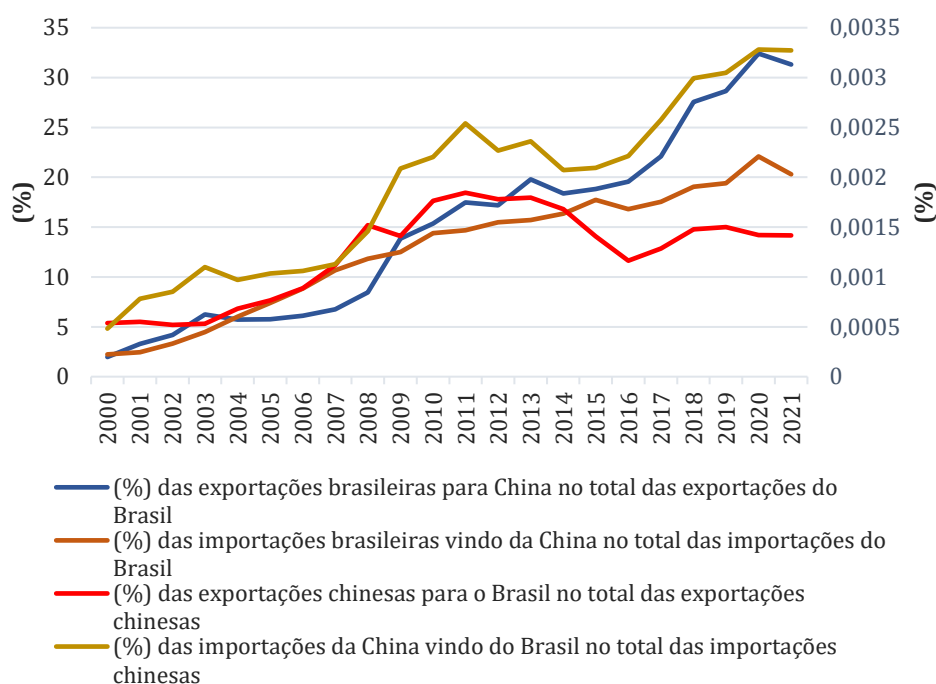
#### 2.4 COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-CHINA

A economia brasileira é muito diversificada e mais concentradas nas suas exportações, ou seja, essa pauta é muito mais liderada pela indústria extrativa e o agropecuário (setor importante pela pauta de exportação). No que diz respeito às importações, esta economia é concentrada no setor intensivo em tecnologia. Para reforçar os fatos, em 2008, registrou-se saldo positivo de cerca de US\$ 70 bilhões nas commodities primárias contra um déficit de aproximadamente US\$ 37 bilhões nos produtos intensivos em tecnologia (MESQUITA *et al*, 2021; HIRATUKA *et al*, 2012).

De acordo com os dados da secretaria de comércio exterior, as participações das exportações e importações Brasil-China no total dos fluxos de comércio brasileiro vem crescendo de 2000 até 2020; a exceção foi em 2004, 2012, 2014 e 2021 onde registrou quedas nas exportações devido às crises, ao contrário das importações, registraram um crescimento continua até 2015 e voltou a crescer em 2017.

Ademais, ainda segundo os dados da Secretaria do Comércio Exterior, as exportações brasileiras para a China girava em torno de 2% e 8,4% do total das exportações brasileiras entre 2000-2008; em 2009, quando a China se tornou principal parceira comercial do Brasil, essa participação deu um salto para 13,8% do total exportado e assim por diante, essas exportações vêm crescendo, salvo em 2014 e 2021 onde registraram-se quedas de 1,4% e 1,1% respectivamente por causa da crise Brasileira de 2014 e da covid-19 em 2019.

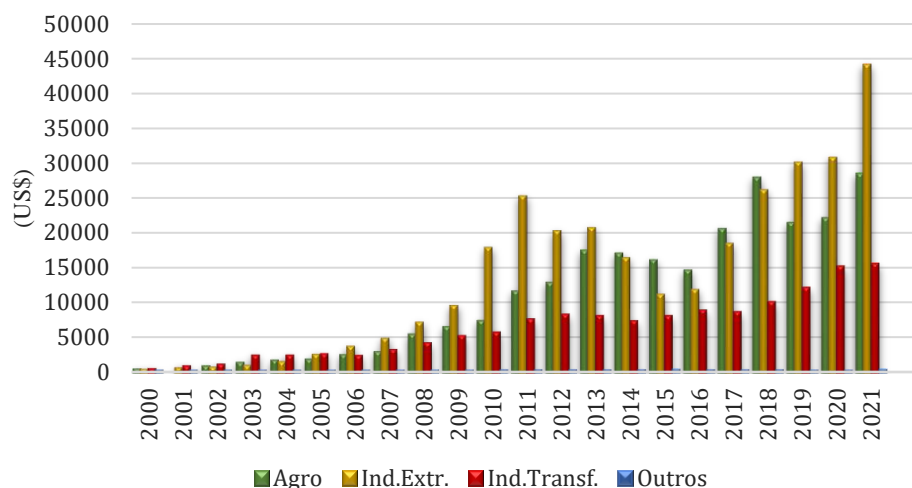
**Gráfico 7. Participação comercial (%) Brasil-China nas exportações e importações totais 2000-2021**



**Fonte:** Secex, elaboração própria.

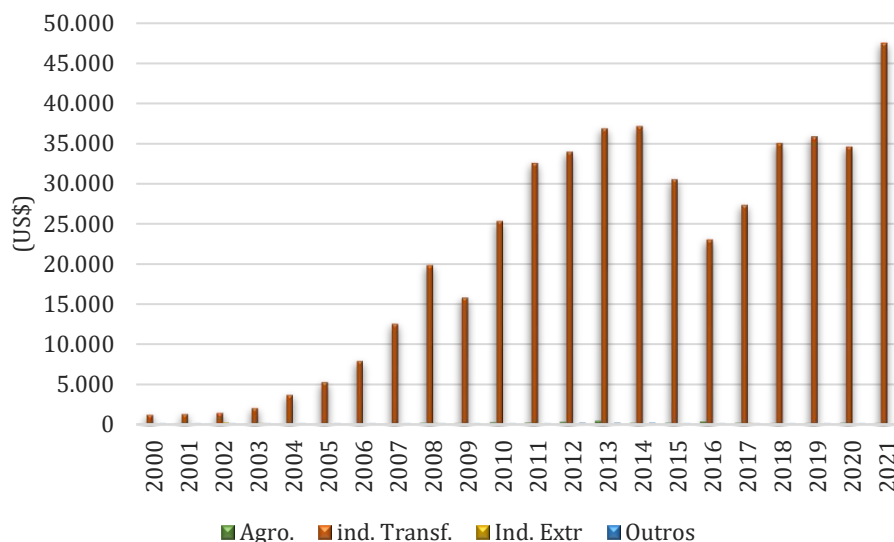
Pela evolução do gráfico 7 junto com os dados da Secretaria do Comércio Exterior de 2000 até 2021, o comércio entre as duas nações está se desenvolvendo significativamente. A China vem ganhando importância no comércio brasileiro do que a importância do Brasil no mercado chinês, observando o eixo principal do gráfico 7, percebemos uma participação em torno de 2,3% a 20,3 dos produtos chineses no mercado brasileiro, contra uma participação de 0,0004% a 0,003% (eixo secundário) dos produtos brasileiros no mercado chinês. Logo podemos reafirmar que a China é a primeira e grande parceira comercial do Brasil e não o contrário.

**Gráfico 8. Exportações Brasileiras por setores - destino China - Valor em (US\$ FOB Milhões) 2000-2021**



**Fonte:** Secex. Elaboração própria.

De acordo com os dados da Secex, de 2000 a 2005, a indústria de transformação estava no topo dessas exportações com uma participação 36,8% em 2005 no total das exportações do país contra 36,5% da indústria extrativa, 26,5% do setor agronegócio e 0,15% dos outros produtos. Entre 2006 e 2012, o país passou a exportar mais produtos da indústria extrativa em comparação com os outros setores; e a participação desta indústria atingiu quase 44,8% do total exportado em 2013. No período de 2014 até 2018, a exportação do Brasil para China era dominada pelo agronegócio com uma participação de 43,5% em 2018 e a partir de 2019 a 2021, a indústria extrativa retomou a liderar as exportações brasileiras com uma participação de 50% em 2021.

**Gráfico 9. Importações Brasileiras- Origem China - (US\$ FOB Milhões) 2000-2021**

**Fonte:** Secex. Elaboração própria

Analisando a evolução do gráfico 9, percebemos que o Brasil, mesmo com as instabilidades por causa das crises, importa muito mais produtos da indústria de transformação do que os produtos das outras indústrias (agropecuário, extrativa e outros setores). Estas importações saíram de US\$ 1184,15 milhões em 2000 para US\$ 47523,03 milhões em 2021, ou seja, cresceram a uma taxa média de 19,2% a.a contra 9,9% a.a do agropecuário; 1,2 % a.a da indústria extrativa e 14,05% a.a dos outros produtos.

### **3. A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS SOBRE OS FLUXOS DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA (2018-2021)**

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2020) a covid-19 é uma doença respiratória descoberta pela primeira vez em um mercado de frutos do mar, na Wuhan cidade da República Popular da China em 31 de dezembro de 2019 e logo depois se espalhou pelo resto do mundo se transformando oficialmente em pandemia no dia 11 de março de 2020. No Brasil, o Ministério da Saúde (2020) declarou que o vírus foi identificado primeiramente no dia 26 de fevereiro em São Paulo. Os efeitos sanitários, econômicos e sociais foram fortes, tendo abortado as expectativas de recuperação econômica após a crise que se arrastava no país desde 2014.

Segundo a OMS, o vírus da Covid-19 atingiu 648 milhões de pessoas e causou a morte de mais de 6,6 milhões delas ao redor do mundo (informações até 16 de dezembro de 2022). O continente que foi mais atingido nos primeiros momentos, registrando o maior número de casos foi a Europa (268 milhões de contaminados), com destaque para Itália e Alemanha. Em relação ao número de mortes, o maior caso foi registrado no continente Americano (2,9 milhões de mortes) com destaque para os EUA. A China, mesmo sendo a origem do Vírus, registrou menos casos em comparação com os grandes países mencionados, 31 mil mortes e 10 milhões casos confirmados. Quanto ao Brasil, foi o segundo país que registrou maior número de mortes (691 mil) e 35 milhões casos confirmados (informações até 16 de dezembro de 2022). Essa rápida propagação do vírus se deveu de um lado ao aspecto político, sendo que o ex-presidente (Bolsonaro) negligenciou os efeitos sanitários, minimizou as medidas de enfrentamento à Covid-19 tomadas por diferentes países do mundo, que ao passar do tempo impactaram a economia, reduzindo o PIB de cerca US\$ 1,9 trilhão em 2019 para US\$ 1,4 trilhão em 2020 (CASTILHO, M. *et al*, 2022).

Além das consequências sanitárias, a pandemia da Covid-19 teve e ainda tem repercussões econômicas sobre os países. A magnitude e as características dos impactos dependem de diversas características dos países, que vão desde a capacidade de mitigação da doença, de características do mercado de trabalho (informalidade, por exemplo) e do parque produtivo até a capacidade (e disposição) fiscal de apoiar os agentes afetados pela pandemia e apoiar as políticas de mitigação da doença.

Para conter a propagação do vírus adotou-se medidas tais que os testes (RT-PCR, SARS-CoV-2), a quarentena, o distanciamento social, restrição de viagem, o uso de máscara, higienização de mãos com água e sabão e/ou com álcool em gel, entre outros. Ademais,

instaurou-se o sistema de vacinação de pelo menos 7 tipos (Pfizer, Moderna, Johnson & Johnson, ...) e foram administradas cerca de 13.008.560.983 doses (informação até 16 de dezembro de 2022)

Estas medidas ajudaram a reduzir os casos de mortes, mas impactaram negativamente a vida social aumentando a taxa de desemprego de 11,1% em 2019 para 14,2% em 2020. Ademais, essa pandemia desacelerou a economia e comércio mundial nos primeiros tempos registrando uma diminuição do PIB de US\$ 87,65 trilhões em 2019 para US\$ 85,11 trilhões em 2020, ou seja, a economia mundial que havia crescido de 2,6% em 2019 em referência ao ano 2018, registrou uma taxa de crescimento anual negativa de -3,1% em 2020, uma queda que de acordo com os dados do banco mundial (BM), nunca havia acontecido desde os anos 60 e que até superou a queda de 2008 (-1,3%). Em 2021, a situação começou a se estabilizar, a economia voltou a crescer com uma taxa anual de 5,9%, um crescimento que quase compensou os impactos anteriores (IBGE, BM).

Além dos efeitos supracitados, nas seções seguintes, abordaremos os impactos da crise pandêmica sobre o comércio mundial e o comércio bilateral China-Brasil, atrelando-nos sobre as composições setoriais.

### 3.1 IMPACTO DA COVID-19 SOBRE O VOLUME DE COMÉRCIO MUNDIAL

#### 3.1.1 Efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o comércio mundial

Desde a crise 2008-2009, o comércio mundial ainda não tinha retomado o seu ritmo de crescimento anterior; ou seja, antes de 2008 o volume de comércio de bens crescia a uma taxa média de 6,2% a.a, ao passo que de 2008 até 2019 essa taxa caiu para 2,3% a.a. Na plena recuperação do crescimento, o coronavírus veio desestabilizar as expectativas mundiais de recuperação, gerando uma revisão nas projeções do desempenho da economia mundial (CEPAL, 2020; SCHNEIDER *et al*, 2020).

Durante os anos de 2020 e 2021, o comércio global (tanto de mercadorias quanto de serviços) foi fortemente impactado. Em 2020, esse comércio registrou quedas cerca de 9% em comparação com o ano 2019; e essas quedas foram impulsionadas pela diminuição da demanda na maioria dos setores no primeiro semestre de 2020. No entanto, no mesmo ano de 2020, o comércio de produtos mais demandados - alimentos, produtos essenciais para mitigar os efeitos da pandemia, equipamentos de ginástica, entre outros - aumentou significativamente. Em 2021, com a disponibilidade de vacinas e aberturas graduais das fronteiras iniciada desde o segundo

semestre de 2020, observou-se uma recuperação do comércio global em vários setores (produtos farmacêuticos, equipamentos de escritórios, agroalimentar, energia, têxteis, outras fábricas) (exceto os produtos energéticos), atingidos valor de US\$ 28,5 trilhões (UNCTAD, 2022).

De acordo com a Cepal (2020), de janeiro a maio de 2020, o volume de comércio mundial de mercadorias caiu para -17,7% em relação ao mesmo período do ano 2019, em outras palavras, as exportações mundiais caíram -18,3% enquanto as importações registraram uma queda de -15,8%, com enfoque principal nas economias avançadas (EUA, Japão, Zona Euro) e na América Latina e Caribe. Essa contração não foi tão grande na China já que implementou medidas de proteção bem antes da propagação crucial do vírus e também porque a partir de março já começou a reabrir a economia dela.

Pelas projeções da Cepal (2020), a pandemia da covid-19 deveria impactar diretamente o sistema de saúde e indiretamente a economia reduzindo as atividades econômicas de diferentes parceiros comerciais, reduzindo os preços das commodities, interrompendo as cadeias globais de valores e diminuindo a procura pelos serviços turísticos; previsões que de fato realmente se concretizaram.

No início da pandemia, observou-se uma desaceleração da produção chinesa e isso acabou por afetar o funcionamento das cadeias de suprimentos globais devido à importância da China para as mesmas. Algumas indústrias foram particularmente afetadas pela redução da oferta dos insumos destinados à produção industrial (farmacêutica, automotiva, eletrônica...) local e mundial. Empresas e países que dependem dos insumos chineses para produzir se viram afetados. Mesmo com a leve retomada da oferta chinesa de insumos em março, a queda anterior desestimulou mais a demanda global. Além disso, as medidas de contenção da covid-19 tal que a restrição de viagem (inclusive do transporte de mercadoria), muitas burocracias aduaneiras também desaceleraram a economia global e o comércio internacional de bens e serviços quando comparado aos efeitos das crises anteriores (MCKIBBIN e FERNANDO, 2020).

Essas cadeias de suprimentos também foram afetadas pelo fechamento das fronteiras, sobretudo dos aeroportos. Com a diminuição do transporte aéreo internacional (que segundo a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (2020), é importante para a evolução econômica e o transporte de pessoas e cargas), a quantidade global de carga transportada pela via aérea registrou uma queda de 31% em 2020. Essa restrição de viagem aumentou consideravelmente os custos de frete aéreo; em relação ao transporte marítimo, o custo de transporte não foi afetado (FREITAS e SILVA, 2021).



O vírus SARS-CoV-2 se espalhou rapidamente entre as economias mais importantes do mundo, afetando não somente o fornecimento de insumos usados pela produção industrial no mundo todo, mas reduzindo igualmente a demanda destes países por bens e serviços provenientes de outros países. As maiores economias do mundo - EUA, China, Japão, Coreia do Sul, Alemanha e Itália - detêm uma participação de 55% no PIB global, 60% da produção mundial de produtos manufaturados e 50% das exportações mundiais de manufaturados. A queda da oferta e da demanda dessas grandes potências tiveram repercussões significativas sobre a economia global (BALDWIN e TOMIURA, 2020).

Em relação ao setor manufatureiro, notou-se que a queda do fornecimento dos insumos vindo das grandes potências industriais (países em cima mencionados) afetou a produção de bens duráveis que resultou em um choque de oferta. Também se observou o choque de demanda devido ao atraso de compra, pois vários países acompanhavam atentamente a evolução da covid-19 antes de fazer o reabastecimento de estoques. Esse setor foi muito impactado pela pandemia até registrar uma queda de -1,3% em 2020 (BALDWIN e TOMIURA, 2020).

Considerando que a indústria é um dos setores mais importante da economia global, em 2021, participou em 21,8% do PIB e a grande participação se deveu aos produtos manufaturados que representaram 77,7% do valor adicionado. No final do ano, à medida que vários países começaram a reduzir gradualmente as suas restrições econômicas e sociais, o setor manufatureiro registrou o seu maior crescimento (7,2%) desde 2010 (UNIDO, 2022).

Esses países - principalmente a China, os EUA e a Itália, por serem principais fornecedores, produtores e centros de cadeias de suprimentos globais da maioria dos produtos manufaturados (têxteis, bens de tecnologia da informação e comunicação (TIC)), o choque de oferta e demanda resultou à queda das exportações e importações desses insumos e bens, e, portanto, na queda dos fluxos de comércio (BALDWIN e TOMIURA, 2020).

**Tabela 4. Exportações e importações mundiais (US\$ trilhões) 2018 - 2021**

<b>Anos</b>	<b>Exportações (US\$ trilhões)</b>	<b>Variação anual (%)</b>	<b>Importações (US\$ trilhões)</b>	<b>Variação anual (%)</b>
<b>2018</b>	<b>19,5</b>	<b>9,7</b>	<b>19,8</b>	<b>10,1</b>
<b>2019</b>	<b>19,0</b>	<b>-2,2</b>	<b>19,3</b>	<b>-2,5</b>
<b>2020</b>	<b>17,6</b>	<b>-7,2</b>	<b>17,9</b>	<b>-7,3</b>
<b>2021</b>	<b>22,3</b>	<b>26,5</b>	<b>22,6</b>	<b>26,3</b>

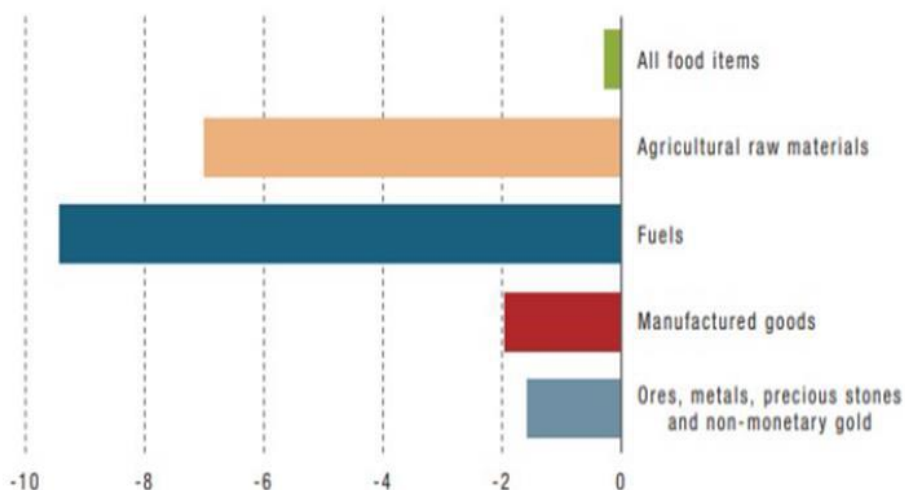
**Fonte:** UNCTAD (2019,2020,2021,2022)

No segundo semestre de 2020, o comércio mundial começou a se recuperar gradualmente, mas esse crescimento não foi suficiente para cobrir as perdas do primeiro semestre, portanto, as exportações e importações de 2020 caíram respectivamente -7,2% e -7,3%; quedas muito grandes comparando as quedas de 2019 (-2,2% para as exportações e -2,3% para as importações).

### 3.1.2 Grupos de produtos mais impactados.

Além dos bens manufaturados que foram fortemente impactados pelo vírus, os demais produtos (sobretudo o combustível e matérias primas agrícolas) sofreram retração em 2020, mas de forma desigual, e a partir de 2021, já retomaram o ritmo de crescimento.

**Gráfico 10. Taxa de crescimento anual (%) das exportações por grupo de produtos, 2019**



**Fonte:** UNCTAD (2020, p.25)

Analisando os gráficos 10, 11, 12 e 13, foram registradas grandes contrações em 2020, ano crucial da pandemia. Em 2018 com a queda da oferta mundial de petróleo, o preço deste subiu para cerca de US\$ 80 o barril e isso acabou beneficiando os exportadores deste bem e aumentando de 22% a exportação deste produto. Em 2019, as exportações caíram de US\$ 19,45 trilhões para US\$ 19,01 trilhões devido às variações negativas dos produtos, principalmente das quedas de -9% das exportações de combustíveis (fuels) e de -7% para as matérias primas agrícolas. Já em 2020, com o surgimento da crise no final do ano 2019, com as medidas implementadas para combater a doença e com a restrição da movimentação de pessoas e mercadorias, houve queda da demanda e colapso de preço dos combustíveis; as exportações de combustíveis variaram de -33%, as de matérias primas agrícolas -6% e as dos bens

manufaturados - 4% em relação ao ano precedente. Quanto aos alimentos por serem bens essenciais; e os minérios, metais, pedras preciosas e outros não monetários houve um bom desempenho de respectivamente 6% e 2% (UNCTAD 2019; 2020; 2021; 2022).

**Gráfico 11. Taxa de crescimento anual (%) das exportações por grupo de produtos, 2020**

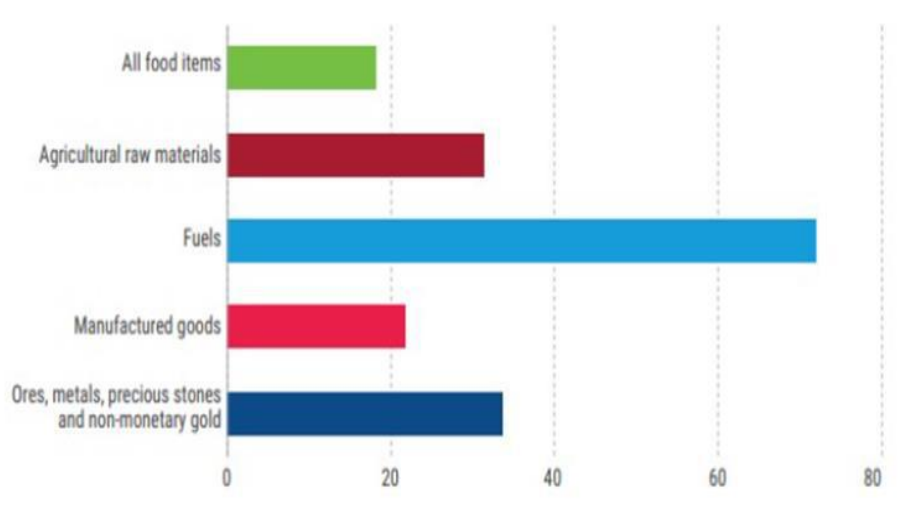


**Fonte:** UNCTAD (2021, p.25)

### 3.1.3 Recuperação do comércio mundial

Após dois anos consecutivos de queda do comércio exterior, em 2021, o mundo entrou numa nova fase de auge que impulsionou o comércio internacional registrando um valor de US\$ 22,3 trilhões para as exportações mundiais de mercadorias, ou seja, estas exportações cresceram fortemente de 26,5% comparando com o ano precedente. Em relação às importações, registou-se um crescimento de 26,3% (UNCTAD 2021; 2022).

Segundo os dados da UNCTAD (2019 a 2022) dos gráficos 10, 11 e 12 percebemos que os fluxos comerciais desde 2019 até 2020, estão sendo muito impactados tanto positivamente como negativamente pelo comércio de combustíveis; e em 2021; a retomada do comércio foi impulsionado por vários fatores entre outros, o aumento das exportações de combustíveis que cresceu de 72%; também, as exportações de minérios, metais, pedras, preciosas e ouro não monetário variaram de 34%, as de matérias primas agrícolas, produtos manufaturados e alimentos aumentaram respectivamente 32%, 22% e 18%.

**Gráfico 12. Taxa de crescimento anual (%) das exportações por grupo de produtos, 2021**

**Fonte:** UNCTAD (2022, p.25)

Além desses fatores, foram implementadas medidas que facilitaram o comércio internacional (incluindo o comércio bilateral Brasil-China) - a suspensão temporária dos direitos de importação de determinados equipamentos de proteção individual devido à pandemia de covid-19 (Brasil), Implementação de regime especial de licenciamento de exportação de mercadorias destinadas ao combate à pandemia de covid-19 (Brasil), Aviso do MOFCOM (Ministry of Commerce) orientando e incentivando ativamente as empresas a solicitar licenças de importação e exportação sem papel; simplificando ainda mais o material necessário para os pedidos de licença de importação e exportação sem papel; otimização dos processos de solicitação e atualização de chaves eletrônicas; e incentivar as empresas a solicitar e atualizar as chaves eletrônicas linha (China), Prorrogação temporária do prazo de pagamento a título de depósito de determinados direitos, taxas e taxas estimados durante a situação de emergência provocada pela pandemia de covid-19 (EUA), Isenção temporária (1 mês) do controle de peso para viaturas que transportem bens de primeira necessidade alimentares e não alimentares em reboques e semi-reboques cobertos de uma lona, bem como em vans, reboques e semi-reboques frigoríficos e isolados, devido à pandemia de COVID-19 (Rússia) - .

### 3.2 IMPACTO DA COVID-19 SOBRE OS FLUXOS COMERCIAIS BRASIL-CHINA 2018-2021.

No início de 2020 já podíamos perceber as consequências da covid-19. Com o isolamento e outras medidas preventivas implementadas no mundo e no Brasil a partir de março de 2020, houve desaceleração da economia chinesa e dos outros países, que reduziram a oferta

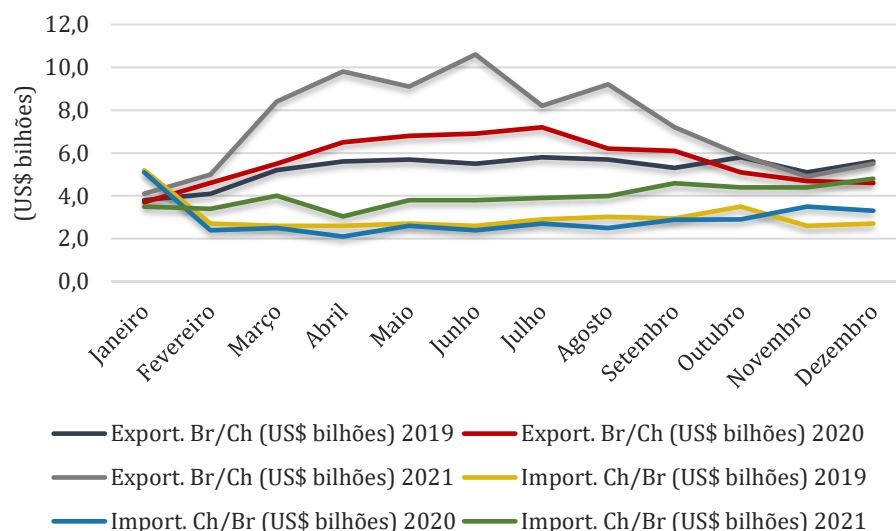
e demanda de mercadorias. No lado do Brasil as expectativas foram que haveria uma redução da oferta, diminuição dos preços de commodities e estagnação de produção em vários setores.

Segundo a base de dados da Secex, embora as exportações totais brasileiras tenham caído -6,7 % até julho de 2020, essas exportações para a China cresceram 94,6% no mesmo período analisado, e isso se deveu à recuperação da economia chinesa no segundo trimestre de 2020, que precisou aumentar suas importações para garantir o estoque interno de insumos e alimentos; essas exportações foram possíveis graças à disponibilidade interna de excedentes exportáveis no Brasil. Como resultado, podemos citar o desempenho do agronegócio brasileiro (destaque o aumento das exportações do principal produto da pauta de exportação brasileira em 2020, a soja) que representou 50,6 % do total das exportações. De agosto a dezembro, as exportações brasileiras para a China caíram -25,8 % devido à diminuição de compras chineses por produtos brasileiros no segundo semestre de 2020. Em 2020, o maior valor exportado (US\$ 7,2 bilhões) foi registrado em março e o valor mais baixo (US\$ 3,7 bilhões) foi em janeiro. Enquanto isso, mesmo com o decréscimo de (-5,4%) do valor total exportado em 2020, as vendas de produtos brasileiros para o mercado chinês aumentaram 7,4 % em relação a 2019. Vale mencionar também que a desvalorização nominal do Real em 2020 (de R\$ 4,1/US\$ em dezembro de 2019 para US\$5,2/US\$ em 2020), favoreceu as vendas internacionais do agronegócio e aumentou a competitividade destes.

Em 2021, as exportações de mercadorias brasileiras para a China cresceram ainda mais, registrando uma alta de 29,5% em relação à 2020, com destaque principal nos meses de Junho (US\$ 10,6 bilhões, maior valor exportado em 2021, resultando do aumento explosivo das importações chinesas por produtos da indústria extrativa) e de janeiro (US\$ 4,1 bilhões, menor valor exportado, devido a redução das importações chinesas de produtos do agropecuário e da indústria de transformação) (RIBEIRO e DOMINGUES, 2020).

No que tange às importações, no primeiro semestre de 2020, registrou-se queda de -52,9% (com foco no mês de abril) em razão do fechamento das fronteiras chinesas no início da pandemia. Essas importações aumentaram 22% na segunda metade de 2020, impulsionadas pelo aumento das compras de produtos manufaturados. Assim, entre 2019 e 2020, houve variação de -3,3% nas importações brasileiras da China, já que o crescimento no segundo semestre não foi suficiente para compensar a queda anterior. Em 2021, com a estabilização da economia, a participação da China nos principais produtos manufaturados importados pelo Brasil se intensificou e registrou crescimento anual de 37,1%, ou seja, essas compras de produtos variaram de 29,7% em relação a 2020.

**Gráfico 13. Exportações e Importações mensais Brasil – China (US\$ FOB bilhões) de 2019 – 2021**



**Fonte:** Secex, Elaboração própria

### 3.2.1 Exportações por setores

Conforme dados e informações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2018 as exportações brasileiras dos principais setores (Agropecuário, indústria extrativa e de transformação, e outros produtos) para China foram respectivamente US\$ 27, 8 bilhões; US\$ 26,1 bilhões; US\$ 9,9 bilhões e US\$ 97 milhões; ou seja, essas exportações representavam 43,5%; 40,8%; 15,5% e 0,15% do total das exportações do Brasil. Já em 2019, as exportações do agropecuário e dos outros produtos registraram quedas respectivas de -23,3% e -55,25 ao passo que a indústria extrativa e de transformação registraram crescimento respectivos de 15,1% e 20,3% em relação ao ano precedente, isto mostra a queda da participação do agropecuário nas exportações do Brasil.

Em 2020, mesmo com os efeitos da Covid-19 e levando em consideração a magnitude da pandemia, as exportações Brasil-China continuaram a crescer, mas as taxas de crescimento anual menores em comparação com os anos passados pré-pandemia.

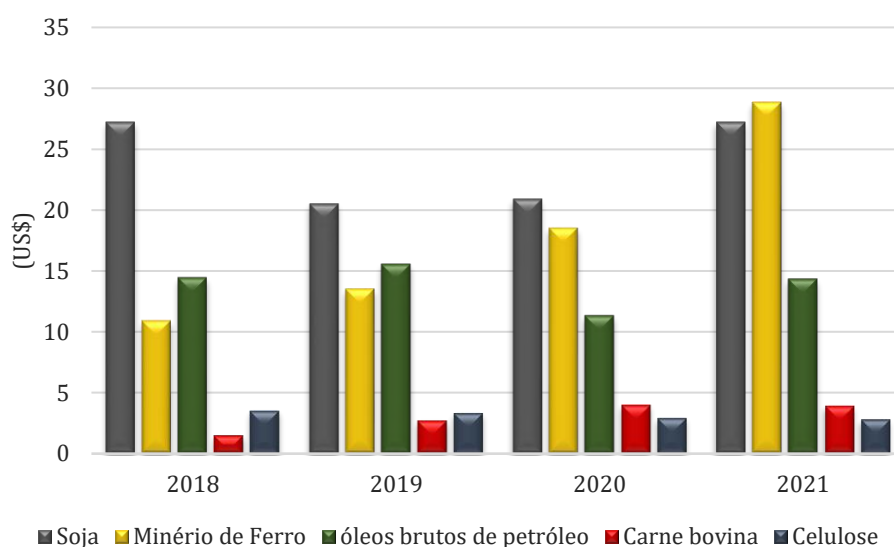
**Tabela 5. Exportações Brasil-China por setores (US\$ bilhões) 2018 – 2021**

Anos	Agropecuário	Ind. Extr.	Ind. Transf.	Outros
2018	27,8	26,1	9,9	0,9
2019	21,4	30	11,9	0,4
2020	22,0	30,7	14,9	0,6
2021	28,3	44,04	15,3	0,11

**Fonte:** Secex, MDIC

Vale enfatizar que as exportações Brasil-China fecharam o ano 2020 com crescimento de US\$ 63,3 bilhões para US\$ 67,7 bilhões<sup>9</sup>, e isso se deveu ao maior valor exportado da Soja (US\$ 20,9 em 2020) e à maior taxa de crescimento das exportações do minério de ferro e seus concentrados (30,03%).

Entre outros produtos que impulsionaram a exportação Brasil-China em 2020, destacamos da indústria extrativa (óleos brutos de petróleo ou minerais betuminosos, crus (US\$ 11,3 bilhões)); da indústria de transformação, que fechou o ano 2020 com US\$ 15 bilhões, destacamos (carne bovina (US\$ 4 bilhões) e Celulose (US\$ 2,9 bilhões)). Quanto aos outros setores que não têm grande participação na pauta exportadora Brasileira para China, registrou-se US \$63,3 milhões.

**Gráfico 14. Principais produtos brasileiros exportados para a China - 2018-2021 (US\$ bilhões)**

**Fonte:** Secex, MDIC

É importante salientar que o aumento das exportações no início de 2020 se deu pela forte demanda chinesa por produtos agropecuários não somente porque estava atravessando o

<sup>9</sup> Ver tabela A.3 do Apêndice

pico do coronavírus, mas também porque a China precisava importar mais proteína animal (setor de Carne: frango, gado, suíno) já que o seu rebanho foi dizimado pela peste suína africana. (SCHNEIDER *et al*, 2020; TÁVORA, 2020).

Em 2021, a venda dos produtos brasileiros no mercado chinês foi ainda maior ao ponto de registrar US\$ 44 bilhões para a indústria extrativa; US\$ 28,4 bilhões para o agropecuário; US\$ 15,4 bilhões para a indústria de transformação e US\$ 116 milhões para outros produtos. O agronegócio brasileiro principalmente a disponibilidade de soja e a alta dos preços internacionais de commodities (soja: US\$ 344/t em 2020 para US\$ 449/t em 2021, carne bovina que saltou de US\$ 4215/t para US\$ 4986/t; Açúcar de US\$ 285/t para US\$ 337/t; celulose de US\$ 369/t para US\$ 414/t; óleo de soja de US\$ 686/t para US\$ 1222/t) foram uma das razões que impulsionaram as exportações brasileiras para china. Vale destacar que com as sanções impostas pela China à carne bovina, houve uma redução na tendência de crescimento, mas essa queda foi compensada pelas exportações de soja, carne suína e frango (KRETER, A. C. e PASTRE, RAFAEL, 2022; KRETER, 2022).

Para as exportações brasileiras, 2021 foi um ano de recuperação de preços. Todas as quinze commodities acompanhadas pela Dimac/Ipea (tabela 2) apresentaram alta nos preços médios em relação ao ano passado, sendo onze acima de 15%, seis acima de 20% e duas acima de 50%. O setor vinha acompanhando altas consecutivas nos preços internacionais de várias commodities desde janeiro de 2020, no entanto, essas altas não eram percebidas em igual magnitude pelo exportador brasileiro até 2021 (KRETER, 2022).

Além dos produtos mencionados no gráfico 15, entre os outros produtos que a China compra do Brasil podemos listar: Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas; Ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas; e Gorduras e óleos vegetais, "soft", bruto, refinado ou fracionado.

### 3.2.2 Importações por setores

No que se refere às importações brasileiras em proveniência da China, como mencionado no capítulo anterior (ver gráfico 9), estão sendo lideradas há duas décadas pela indústria de transformação que está crescendo cada vez mais com exceção ao ano 2020 onde registrou uma contração de -3,5% em relação à 2019 por causa da incapacidade chinesa de suprir a demanda brasileira. No meio de 2020, com a recuperação do comércio chinês, com a menor oferta de alguns produtos e a alta de preços de algumas commodities no mercado doméstico, o Brasil aumentou a sua dependência, importando em 2021, US\$ 47,5 bilhões da indústria de transformação chinesa.



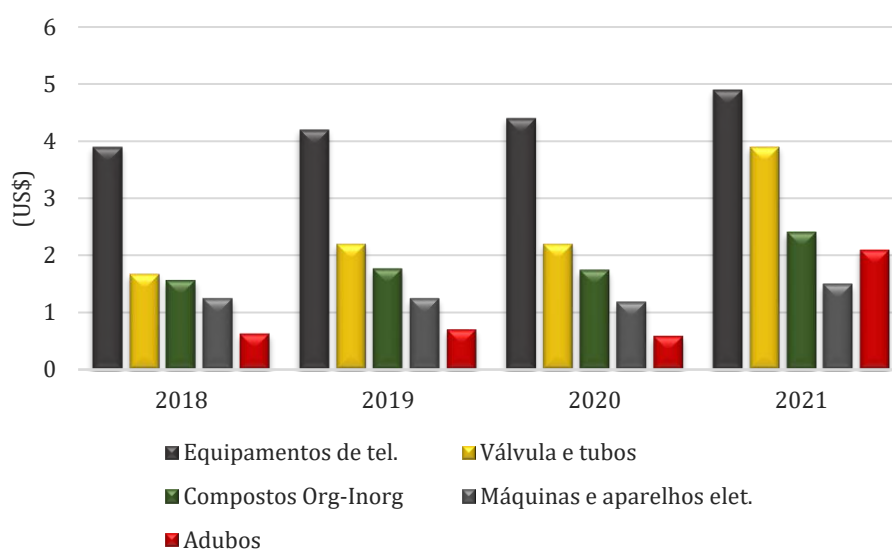
**Tabela 6. Importações Brasil-China por setores (US\$ milhões) 2018 – 2021**

Anos	Agro	Ind. Transf	Ind. Extr.	Outros
2018	73,96	35.004,09	33,79	45,4
2019	97,31	35.866,61	30,89	33,49
2020	127,93	34.598,80	23,08	28,64
2021	72,06	47.523,03	28,31	27,54

**Fonte:** Secex, MDIC

\*para a indústria de transformação a unidade de valor é o US\$ bilhão

Entre os principais produtos que compõem a pauta importadora brasileira dos produtos chineses em 2021 podemos elencar (equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios com uma participação de 10% no total das importações (ou seja, foi importado US\$ 4,9 bilhões); Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (8,1%, em outras palavras, importou-se US\$ 3,9 bilhões); Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas (com um peso de 5,1% e um valor importado de US\$ 2,4 bilhões); Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (4,4% do total das importações e US\$ 2,1 bilhões); e Máquinas e Aparelhos elétricos (com uma participação de 3,1% e US\$ 1,49 bilhões).

**Gráfico 15. Principais produtos importados da China (US\$ bilhões) 2018 – 2021**

**Fonte:** Secex, MDIC

Em adição aos produtos enumerados, o Brasil importou, produtos do agropecuário (produtos hortícolas frescos e refrigeradas US\$ 48,6 milhões; matérias vegetais em brutos US\$

9,16 milhões), da indústria extrativa (outros minerais em brutos US\$ 22,4 milhões; fertilizante brutos (exceto adubos) US\$ 2,48 bilhões).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, além de analisar a estrutura e a evolução da relação comercial Sino-Brasileira, analisou os impactos recentes da pandemia da covid-19 nos fluxos de comércio Brasil-China.

Sob uma perspectiva de mais longo prazo, destaca-se que a relação comercial entre o Brasil e a China voltou a ter importância a partir dos anos 1970. Com a necessidade da República Popular da China de importar açúcar estrangeiro, em 1971, o país recorreu ao Brasil para atender a essa demanda. Num primeiro momento, as reformas econômicas iniciadas por Xiaoping e que ajudaram a China a crescer economicamente e a ter maior presença no comércio internacional, o comércio bilateral começou a se intensificar. Já nos anos 2000, devido ao forte crescimento da economia chinesa, a demanda por commodities daquele país se intensificou significativamente, com efeitos tanto sobre os preços internacionais das commodities quanto sobre a quantidade demandada junto aos países fornecedores de commodities. Como resultado, a relação comercial Brasil-China cresceu de forma significativa até que em 2009, a China se tornou a principal parceira comercial do Brasil com uma participação de 13,8% e 12,5% respectivamente no total das exportações e importações brasileiras (Ver tabela 3).

A parceria comercial Brasil-China de 2009 aumentou as exportações brasileiras para China e isso ajudou o país Latino-americano a acumular superávits (exceto em 2013 e 2014) nas suas transações bilaterais. Mas essa parceria também parece ter trazido benefícios para a China pois importando commodities e recursos naturais, isso lhe ajudou a produzir mais produtos exportados por ela (produtos que ajudaram o país a montar a sua estrutura industrial, que melhoraram a sua balança comercial e que o estabeleceram como uma das maiores potência mundial). Atrelando-nos à visão da Cepal, os países emergentes ou em desenvolvimento como o Brasil, além de possuir um maior coeficiente de importação, eles importam produtos de maior sensibilidade à renda de importação (produtos da indústria de transformação) para atingir o patamar dos países desenvolvidos.

Por outro lado, os países com maior renda como a China, têm um menor coeficiente de importação e importam bens de menor elasticidade renda de importação. Portanto, será difícil para os dois países crescerem no mesmo ritmo; isso explica a diferença no crescimento do comércio e da economia, ou seja, do PIB (US\$ 1,6 trilhão em 2021 para o Brasil e US\$ 17,7 trilhões em 2021 para a China) influenciado pelos fluxos de comércio e a estrutura comercial chineses que vem mudando gradualmente de uma estrutura dependente de bens industrializados

para uma estrutura produtiva e exportadora de produtos intensivos em tecnologia (MEDEIROS e SERRANO, 2001; MESQUITA *et al*, 2021).

No tocante ao impacto da pandemia da covid-19 sobre a relação comercial Brasil-China, apesar dos danos sanitários e econômicos, a pandemia não teve grande repercussão sobre os fluxos de comércio sino-brasileiro. As exportações que haviam registrado queda de -0,89% em 2019, registraram crescimento de 6,9% em 2020 e 29,7% em 2021. Esse maior crescimento de 2020 para 2021 se deu pela alta de preços internacionais de commodities, pelo aumento de 43,4% nas exportações da indústria extrativa (com destaque em minério de ferro, Óleos brutos de petróleo, entre outros) e de 28,5% nas exportações do agropecuário (com destaque principal no produto soja). Pelo lado das importações brasileiras provenientes da China (lideradas pelos produtos da indústria de transformação), em 2020, registrou-se queda de -1,9% em referência ao ano precedente, já que o país asiático não podia produzir e exportar no início da pandemia. Em março de 2020, com as medidas de recuperação tomadas pelo governo Chinês, a situação chinesa começou a se estabilizar e em 2021 registrou-se um crescimento de 29,7% nas importações brasileiras proveniente da China. Apesar da regressão da economia e do comércio chinês no início da pandemia, isto não lhe tirou o lugar de maior parceira comercial do Brasil.

Ademais, a pandemia da covid-19 intensificou ainda mais a estrutura de comércio da China e do Brasil. Quando analisamos os dados, percebeu-se que a estrutura primária-exportadora do Brasil permaneceu durante a pandemia, ou seja, o Brasil que possui uma predominância de produtos do agropecuário e da indústria extrativa na sua pauta de exportação, aumentou essas respectivas exportações de 32,9% e 46,7 % entre 2019 e 2021. Já a China, especializada nas exportações de produtos mais sofisticados e com maior conteúdo tecnológico (particularmente produtos da indústria de transformação), registrou um crescimento de 32,5% entre 2019 e 2020, nas suas transações comerciais com o Brasil.

No que tange aos impactos do coronavírus sobre o comércio mundial, este foi mais afetado em comparação ao comércio Brasil-China. No primeiro semestre de 2020, com a propagação do vírus e as medidas tomadas para frear a contaminação, muitas economias, sobretudo as dos países avançados (os EUA, Japão, Zona Euro) regrediram. Com o fechamento das fronteiras que impôs restrições na circulação de mercadorias (inclusive dos insumos destinados ao funcionamento das cadeias de suprimentos globais), houve uma desaceleração da Oferta e Demanda mundial de mercadorias; as exportações mundiais que haviam fechado o ano 2019 com US\$ 19,01 trilhões, caíram para US\$ 17,64 trilhões em 2020.

Além de mercadorias, o setor de serviços, sobretudo o turismo, foi muito afetado por esse vírus. Um dos setores que registrou crescimento considerável foi a indústria farmacêutica, já que os produtos médicos foram primordiais no combate à coronavírus.

Em 2021, com a flexibilização das medidas e barreiras de proteção e com a abertura gradual das fronteiras, o comércio mundial de bens retomou o ritmo de crescimento, registrando no final do ano US\$ 22,32 trilhões de exportações. Em relação ao comércio Brasil-China que não foi tão afetado como o comércio mundial, esse comércio seguiu o ritmo de crescimento até fechar o ano 2021 com US\$ 87,9 bilhões nas suas exportações, valor muito acima do valor pré pandemia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAC. Agência Nacional de Aviação Civil. CORONAVÍRUS: principais informações para o setor aéreo. Brasília, 2020.
- BALDWIN, R.; TOMIURA, E. Thinking ahead about the trade impact of COVID-19. **In:** BALDWIN, R.; MAURO, B. W. D. **Economics in the time of COVID-19**. London: CEPR Press, 2020. Cap. 5, p. 59 – 71
- BARBOSA, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos avançados**, v. 31, p. 51-60, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/abstract/?lang=pt>
- BAUMANN, R. et al. **O Brasil e os demais BRICs: comércio e política**. Brasília: Cepal/Ipea, 2010.
- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BAUMANN, R.; GONÇALVES R. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- BRASIL, APEX. As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas. **Análise Apex Brasil: Conjuntura & Estratégia**, 2011.
- CASSIOLATO, J. E. As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China. **Ipea**, BRASIL, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3928?mode=full>
- CASTILHO, M. R. *et al.* Negacionismo e o papel dos fatores políticos para a mortalidade por Covid-19 no Brasil. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro, março de 2022. Disponível em : [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2022/TD\\_IE\\_007\\_CASTILHO\\_PERO\\_RAZAFINDR\\_AKOTO\\_ROUBAUD\\_SABOIA.pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2022/TD_IE_007_CASTILHO_PERO_RAZAFINDR_AKOTO_ROUBAUD_SABOIA.pdf)
- CEPAL, N. U. Los efectos del COVID-19 en el comercio internacional y la logística. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45877-efectos-covid-19-comercio-internacional-la-logistica>
- CHERNAVSKY, E.; LEÃO, R. P. F. As transformações estruturais do comércio exterior chinês. **Comunicados/Ipea**, Brasil, junho 2011. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4627/1/Comunicados\\_n97\\_Transforma%20a7%20b5es.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4627/1/Comunicados_n97_Transforma%20a7%20b5es.pdf)
- COSTA, F. K. S.; MENDONÇA, T. G. D. Evolução do comércio bilateral entre Brasil e China: Análise das relações comerciais. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 2, n. 29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/23870>.

FREITAS, A.; SILVA T. Logística internacional: impacto do covid-19 e as ascensões de custos na logística. **FAMA**, Brasil, dezembro 2021. Disponível em: <https://repositorio.faculdefama.edu.br/xmlui/handle/123456789/86>

GEREFFI, G. e FERNANDEZ-STARK, K. **Global Value Chain Analysis: A Primer**. Center on Globalization, Governance and Competitiveness (CGGC), Duke University. Carolina do Norte, 2016.

GUILLOCHON, B. **Économie internationale**. 2e éd. Paris: Dunod, 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. A teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia Ensaios**, v. 12, n. 1, p. 3-20, 1997.

HIRATUKA, C. *et al.* Avaliação da competição comercial chinesa em terceiros mercados. **In: BITTENCOURT, G. et al. El impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones**. Uruguai: Red Mercosur, 2012. Cap. 3, p. 135-192.

HIRATUKA, C. *et al.* Relações comerciais entre América Latina e China: caracterização da evolução recente. **In: BITTENCOURT, G. et al. El impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones**. Uruguai: Red Mercosur, 2012. Cap. 2, p. 81 - 131.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/50>

HUNT, K. E.; LAUTZENHEISER, M. A Teoria das Vantagens Comparativas e Comércio Internacional. **In: HUNT, K. E.; LAUTZENHEISER, M. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap. 5, p.177-179.

KRETER, A. C. *et al.* Mercados e preços agropecuários. **Carta de Conjuntura Ipea**, dezembro, 2022 Disponível: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/12/221202\\_notas18\\_mercados\\_e\\_precos\\_agropecuarios\\_revisado.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/12/221202_notas18_mercados_e_precos_agropecuarios_revisado.pdf)

KRETER, A. C.; PASTRE, R. Comércio exterior do agronegócio: balanço de 2021 e perspectivas para 2022. **Carta de Conjuntura/Ipea**, n.54, janeiro, 2022 Disponível: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220116\\_nota\\_2\\_comercio\\_exterior\\_agro\\_2021.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220116_nota_2_comercio_exterior_agro_2021.pdf)

KRUGMAN, P. *et al.* **Economia internacional**. 10a. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda, 2015.

KRUGMAN, Paul R. Increasing returns, monopolistic competition, and international trade. **Journal of international Economics**, v. 9, n. 4, p. 469-479, 1979.

KRUGMAN, Paul. Scale economies, product differentiation, and the pattern of trade. **The American Economic Review**, v. 70, n. 5, p. 950-959, 1980.

LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Carta Internacional**, v. 15, n. 3, 2020.

MARANHÃO, R. L. A.; FILHO V. J. E. Inserção internacional do agronegócio brasileiro. **Texto para Discussão/Ipea**. Rio de Janeiro, agosto de 2017. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8024/1/td\\_2318.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8024/1/td_2318.pdf)

MARCATO, M. B. A indústria brasileira e as cadeias globais de valor: uma análise com base nas indústrias aeronáutica, de eletrônicos e de dispositivos médicos. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 397–399, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649136>

MCKIBBIN, W.; FERNANDO, R. The economic impact of COVID-19. In: BALDWIN, R.; MAURO, B. W. D. **Economics in the time of COVID-19**. London: CEPR Press, 2020. Cap. 3, p. 45 – 51

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. **Polarização mundial e crescimento**, v. 1, p. 105-135, 2001.

MESQUITA, P. **A organização mundial do comércio**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013

MESQUITA, R. B.; MERLO, E. M.; GREMAUD, A. P. Panorama do comércio exterior brasileiro: evolução dos principais parceiros e produtos (1997-2020). **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 414-440, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/178485>.

NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. **Oikos**, v. 20, n. 1, 2021.

NYAHOHO, E. ; PROULX, P.-P. **Le commerce international** : Théories, Politiques et Perspectives industrielles. 3e. ed. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2006.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Política fiscal no Brasil contemporâneo**: Investimento público e ciclos econômicos. Ipea, 2018.

Organisation Mondiale du Commerce. (2021). Le commerce des produits médicaux dans le contexte de la lutte contre la covid-19 : évolution au premier semestre 2021. Disponível em: [https://www.wto.org/french/tratop\\_f/covid19\\_f/medical\\_goods\\_update\\_dec21\\_f.pdf](https://www.wto.org/french/tratop_f/covid19_f/medical_goods_update_dec21_f.pdf)

PASIN, J. A. Impactos da abertura chinesa sobre o comércio internacional (1998–2006). **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, junho de 2008., p. 309 - 326 Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/10975>.

PAUTASSO, D. O lugar da China no comércio exterior brasileiro. **Meridiano**, Brasília, v.47, janvier 2010., p. 25 a 27 Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/43121694\\_O\\_lugar\\_da\\_China\\_no\\_comercio\\_exterior\\_brasileiro](https://www.researchgate.net/publication/43121694_O_lugar_da_China_no_comercio_exterior_brasileiro).



PINTO, E. C.; FIANI, R.; CORRÊA, L. M. Dimensões da abordagem da cadeia global de valor: upgrading, governança, políticas governamentais e propriedade intelectual. **Texto para Discussão/Ipea**, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8752/1/Dimens%C3%B5es%20da%20abordagem.pdf>

RIBEIRO, O. L.; DOMINGUES, G. C. O desempenho das exportações do agronegócio nos primeiros sete meses de 2020. **Funcex**, Rio de Janeiro, 9 novembro 2020.

RICARDO, D. **Princípios da economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SARQUIS, S. J. B. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SCHNEIDER, S. et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 167-188, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3Fxm8WXzvmY5rR3SP>

SENHORAS, E. M. NOVO CORONAVÍRUS E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS NO MUNDO. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 1, n. 2, p. 39–42, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/174>.

SILVA, M. L.; SILVA, R. A. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Observatório Socioeconômico da Covid-FAPERGS**, 2020. Disponível em: [https://www.oscovid19.cloud.ufsm.br/media/documents/2021/03/29/Textos\\_para\\_Discuss%C3%A3o\\_07\\_-\\_Economia\\_Brasileira\\_Pr%C3%A9\\_Durante\\_e\\_P%C3%B3s-Pandemia.pdf](https://www.oscovid19.cloud.ufsm.br/media/documents/2021/03/29/Textos_para_Discuss%C3%A3o_07_-_Economia_Brasileira_Pr%C3%A9_Durante_e_P%C3%B3s-Pandemia.pdf)

SMITH, A. **A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, v. 1, 1996.

TÁVORA, Fernando Lagares. Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro. **Texto para discussão**. Brasília, n. 274, abril de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td274>

TINOCO, G.; GIAMBIAGI, F. **Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023**. Rio de Janeiro: BNDES, 2018.

UNIDO. **International Yearbook of Industrial Statistics**. 2022. ed. [S.I.]: UNIDO, 2022. Disponível em: <https://stat.unido.org/content/publications/-international-yearbook-of-industrial-statistics-2022;jsessionid=6115678B9C48E2B7F35665E82FD74101>

UNCTAD. **Handbook of statistics**. Geneva: UNITED NATIONS, 2019[2020, 2021 e 2022]. Disponível em: <https://unctad.org/>

UNCTAD. **Impact of the Covid-19 Pandemic on Trade and Development**. Geneva: UNITED NATIONS, 2022. Disponível em: <https://unctad.org/publication/impact-covid-19-pandemic-trade-and-development-lessons-learned>

## **SITES CONSULTADOS**

[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/covid19\\_e/covid\\_measures\\_f.pdf](https://www.wto.org/english/tratop_e/covid19_e/covid_measures_f.pdf): ANNEXE COVID-19 MESURES COMMERCIALES ET LIÉES AU COMMERCE (AU 26 MARS 2021),

[https://www.wto.org/french/tratop\\_f/covid19\\_f/medical\\_goods\\_update\\_dec21\\_f.pdf](https://www.wto.org/french/tratop_f/covid19_f/medical_goods_update_dec21_f.pdf)

<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>

<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=taxa+de+c%C3%A2mbio>

<https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/BX.GSR.GNFS.CD?end=2021&start=2000>

## APÊNDICE

**Tabela A.1** Fluxos de Comércio chinês (US\$ bilhões) 1978 – 2021

Anos	Exportações chinesas (US\$ bilhões/trilhões)	Importações chinesas (US\$ bilhões/trilhões)	Saldo Comercial
1978	9,96	11,13	-1,17
1979	13,61	15,62	-2,01
1980	18,10	19,94	-1,84
1981	22,01	22,01	0,00
1982	22,32	19,29	3,03
1983	22,23	21,39	0,84
1984	26,14	27,41	-1,27
1985	27,35	42,25	-14,90
1986	30,94	42,90	-11,96
1987	39,44	43,22	-3,78
1988	47,52	55,27	-7,75
1989	52,54	59,14	-6,60
1990	62,09	53,35	8,74
1991	71,91	63,79	8,12
1992	84,94	80,59	4,35
1993	91,74	103,96	-12,22
1994	121,01	115,62	5,39
1995	148,78	132,08	16,70
1996	151,04	138,83	12,21
1997	182,79	142,35	40,44
1998	183,71	140,23	43,48
1999	194,93	165,69	29,24
2000	249,20	225,09	24,11
2001	266,10	243,50	22,60
2002	325,60	295,17	30,43
2003	438,20	412,70	25,50
2004	593,30	561,20	32,10
2005	761,90	659,90	102,00
2006	968,90	791,40	177,50
2007	1220,40	956,10	264,30
2008	1430,60	1132,50	298,10
2009	1201,60	1005,90	195,70
2010	1577,70	1396,20	181,50
2011	1898,30	1743,40	154,90
2012	2048,70	1818,40	230,30
2013	2209,00	1949,90	259,10
2014	2342,20	1959,20	383,00
2015	2273,40	1679,50	593,90
2016	2097,63	1587,90	509,73

2017	2263,30	1843,70	419,60
2018	2486,60	2135,70	350,90
2019	2499,40	2078,30	421,10
2020	2589,90	2065,90	524,00
2021	3363,96	2687,50	676,46

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da BM e OMC

**Tabela A.2** Fluxos de Comércio brasileiro (US\$ bilhões) 2000-2021

Anos	Exportações (US\$ bilhões)	Importações (US\$ bilhões)	Saldo comercial (US\$ bilhões)	Corrente de Comércio (US\$ bilhões)
2000	54,9	60,0	-5,1	115,0
2001	58,0	59,7	-1,7	117,7
2002	60,2	50,8	9,4	110,9
2003	72,8	51,9	20,9	124,6
2004	95,1	67,5	27,7	162,6
2005	118,6	78,7	39,9	197,3
2006	137,6	97,0	40,5	234,6
2007	159,8	128,1	31,7	287,9
2008	195,8	183,9	11,8	379,7
2009	151,8	135,4	16,4	287,2
2010	200,4	193,2	7,3	393,6
2011	253,7	238,7	15,0	492,4
2012	240,0	235,4	4,6	475,4
2013	232,5	252,3	-19,7	484,8
2014	220,9	240,8	-19,8	461,7
2015	186,8	180,5	6,3	367,2
2016	179,5	145,3	34,3	324,8
2017	215,0	165,9	49,1	380,9
2018	231,9	192,8	39,1	424,7
2019	221,1	193,2	28,0	414,3
2020	209,2	166,3	42,9	375,5
2021	280,8	234,7	46,1	515,5

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da Secex

**Tabela A.3** Fluxos de Comércio Brasil-China (US\$ milhões) 2000-2021.

Anos	Exportações do Brasil para China	Importações do Brasil vindo da China	(%) das exportações brasileiras para China no total das exportações do Brasil	(%) das importações brasileiras vindo da China no total das importações do Brasil
2000	1.084,9	1.341,1	2,0	2,2
2001	1.901,3	1.460,5	3,3	2,5
2002	2.516,6	1.690,8	4,2	3,3
2003	4.531,2	2.326,3	6,2	4,5
2004	5.438,6	4.047,1	5,7	6,0
2005	6.826,9	5.820,7	5,8	7,4
2006	8.398,2	8.581,3	6,1	8,8
2007	10.776,7	13.660,9	6,7	10,7
2008	16.520,0	21.737,7	8,4	11,8
2009	20.994,9	16.937,0	13,8	12,5
2010	30.747,6	27.829,3	15,3	14,4
2011	44.304,6	35.022,9	17,5	14,7
2012	41.225,8	36.467,4	17,2	15,5
2013	46.023,2	39.632,5	19,8	15,7
2014	40.611,9	39.352,0	18,4	16,3
2015	35.155,4	31.999,0	18,8	17,7
2016	35.133,3	24.414,1	19,6	16,8
2017	47.488,5	29.094,8	22,1	17,5
2018	63.929,6	36.715,5	27,6	19,0
2019	63.357,5	37.463,8	28,7	19,4
2020	67.788,1	36.737,8	32,4	22,1
2021	87.907,9	47.651,0	31,3	20,3

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da Secex e BM

**Tabela A.4** Fluxos de comércio mensais Br/Ch (US\$ bilhões) 2019 - 2021

Mês	Exportações brasileiras para China (US\$ bilhões)			Importações brasileiras – origem China (US\$ bilhões)		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Janeiro	3,8	3,7	4,1	5,2	5,1	3,5
Fevereiro	4,1	4,6	5	2,7	2,4	3,4
Março	5,2	5,5	8,4	2,6	2,5	4,0
Abril	5,6	6,5	9,8	2,6	2,1	3,0
Maio	5,7	6,8	9,1	2,7	2,6	3,8
Junho	5,5	6,9	10,6	2,6	2,4	3,8
Julho	5,8	7,2	8,2	2,9	2,7	3,9
Agosto	5,7	6,2	9,2	3,0	2,5	4,0
Setembro	5,3	6,1	7,2	3,0	2,9	4,6
Outubro	5,8	5,1	5,9	3,5	2,9	4,4

Novembro	5,1	4,7	4,9	2,6	3,5	4,4
Dezembro	5,6	4,6	5,5	2,7	3,3	4,8

**Fonte:** Secex, Elaboração própria

**Tabela A.5** Participação (%) do comércio Brasil e China no comércio mundial

Anos	(%) das exportações chinesas nas exportações mundiais	(%) das importações chinesas nas importações mundiais	(%) das exportações do Brasil nas exportações mundiais	(%) das importações do Brasil nas importações mundiais
2000	3,8	3,4	0,9	0,9
2001	4,3	3,8	0,9	0,9
2002	5,0	4,4	0,9	0,7
2003	5,7	5,3	1,0	0,7
2004	6,4	5,9	1,0	0,7
2005	7,2	6,1	1,1	0,7
2006	7,9	6,4	1,1	0,8
2007	8,7	6,7	1,1	0,9
2008	8,8	6,8	1,2	1,1
2009	9,5	7,9	1,2	1,1
2010	10,3	9,0	1,3	1,3
2011	10,3	9,4	1,4	1,3
2012	11,0	9,7	1,3	1,3
2013	11,6	10,2	1,2	1,3
2014	12,3	10,2	1,2	1,3
2015	13,7	10	1,1	1,1
2016	13,1	9,7	1,1	0,9
2017	12,7	10,2	1,2	0,9
2018	12,7	10,7	1,2	1,0
2019	13,1	10,7	1,2	1,0
2020	14,6	11,5	1,2	0,9
2021	15,0	11,9	1,3	1,0

**Fonte:** Banco Mundial, Secex, World Trade Organization, Elaboração própria

**Tabela A.6** Taxas (%) de crescimento das exportações e importações chineses

Anos	Crescimento das exportações (%)	Crescimento das importações (%)
2000	27,8	35,9
2001	6,8	8,2
2002	22,4	21,2
2003	34,6	39,8
2004	35,4	36
2005	28,4	17,6
2006	27,2	19,9
2007	26	20,8
2008	17,2	18,4
2009	-16	-11,2
2010	31,3	38,8
2011	20,3	24,9
2012	7,9	4,3
2013	7,8	7,2
2014	6	0,5
2015	-2,9	-14,3
2016	-7,7	-5,5
2017	7,9	16,1
2018	9,9	15,8
2019	0,5	-2,7
2020	3,6	-0,6
2021	29,9	30,1

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da BM e OMC

